

O Sinpro-Rio deverá:

- Afirmar a educação como direito humano fundamental com sentido de formação humana omnilateral e sob responsabilidade do Estado brasileiro, seja na oferta direta, seja no papel de regulamentação do setor privado.

- Debater, analisar e deliberar pelo modelo de planejamento estratégico coletivo mais adequado às condições políticas e às demandas históricas do Sindicato.

- Manter o tempo de mandato, sem restrições à possibilidade de reeleição presidencial, limitada, contudo, a até três mandatos.

Resoluções da plenária final - Colégio Pedro II, 18/09/2010



SinproRio

Sindicato dos Professores do Município
do Rio de Janeiro e Região

EXPEDIENTE

PUBLICAÇÃO DO SINPRO-RIO
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região - Sinpro-Rio

SEDE • CENTRO
Rua Pedro Lessa, 35, 2º, 3º, 5º e 6º andares
Tel. (21) 3262-3400
e-mail: sinpro-rio@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • CAMPO GRANDE
Rua Manai, 180
Tels. (21) 2415-4686 • 3402-1768
e-mail: campogrande@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • BARRA DA TIJUCA
Av. das Américas, 5.777
salas 202 e 208 a 211
Tels. (21) 2438-2457 • 2438-4109 • 2497-3710
e-mail: barra@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • MADUREIRA
Rua Carolina Machado, 530
salas 210, 211 e 212
Tel. (21) 3350-6233
e-mail: madureira@sinpro-rio.org.br

www.sinpro-rio.org.br

EDITOR
Marcos Alexandre de Souza Gomes
(MT 12.676)

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Alessandra Novaes (MT RJ 22.321)

PROJETO GRÁFICO
Felipe Trotta e Thiago Augusto

DIAGRAMAÇÃO
Thiago Augusto

FOTOS
Rico Cavalcanti, Claudinei de Castro e arquivo Sinpro-Rio

IMPRESSÃO
Gráfica Minister (Tiragem: 20.000)

Envie-nos um e-mail dando sugestões e/ou críticas sobre a nossa publicação: comunica@sinpro-rio.org.br

DIRETORIA DO SINPRO-RIO 2008 • 2011

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Wanderley Julio Quêdo

1º Vice-presidente
Francilio Pinto Paes Leme

2º Vice-presidente
Antonio Rodrigues da Silva

1º Secretário
Marcelo Pereira

2º Secretário
Afonso Celso Teixeira

1º Tesoureiro
Afonso Maria Silva Furtado

2º Tesoureiro
Rosi Alves Menescal

Procurador
Marcio Fialho de Oliveira

Diretor de Comunicação
Marcos Alexandre de Souza Gomes

Diretora de Patrimônio
Vera Lúcia S. da Câmara

Diretora de Educação e Cultura
Maria do Céu Carvalho

Suplentes da Diretoria
Adalgiza Burity Silva
Dilson Ribeiro da Silveira
Wellington Freitas da Silva
Águida Valdiegila C. Silva

CONSELHO FISCAL

Titulares
José Cloves Praxedes de Araújo
Leila dos Santos Azevedo
José Angelo de S. Benedito

Suplentes
Suzana Castro de Sousa
Joaquim Pereira Esteves
João Gaya da Penha Valle

FEDERAÇÃO

Titulares
Glênio do Nascimento
Yara Maria Pereira

Suplentes
Gloria Maria Alves Ramos
Paulo Cesar Azevedo Ribeiro

DIRETORES DE ZONAS

Zonal Centro
Celeste Tereza C. Morgado
Olney da Silva Almeida

Zonal Sul
Mariza de Oliveira Muniz
Hélcio França Alvim Filho

Zonal Tijuca
Valquíria J. Juncken
Carlos Henrique de C. Silva

Zonal Barra/Jacarepaguá
Claudia Figueiredo Pereira
Ireni Felizardo

Zonal Méier
Elson Simões de Paiva
Oswaldo Luiz Cordeiro Teles

Zonal Oeste
André Jorge M. da C. Marinho
Fernando da Rocha Magno

Zonal Central
Vânio Marcos Lenzi
Octavio Ferreira Filho

Zonal Leopoldina
Viviane Almeida de Siqueira
Ana Lúcia Guimarães

Zonal Ilha
Magna Corrêa de Lima Duarte
Maria da Glória Ibiapina Lopes

Revista **Sinpro-Rio** / Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região. - nº 06 (outubro 2010). - Rio de Janeiro: **Sinpro-Rio**, 2010. Distribuição gratuita

Semestral
ISSN: 1982-3843

1. Profissão docente – Periódicos. 2. Educação – Periódicos. 3. Sindicalismo – Periódicos.
I. Revista **Sinpro-Rio**

Índice

04

Apresentação

06

Metodologia

07

Números

08

Seminário de Educação

16

Texto Final

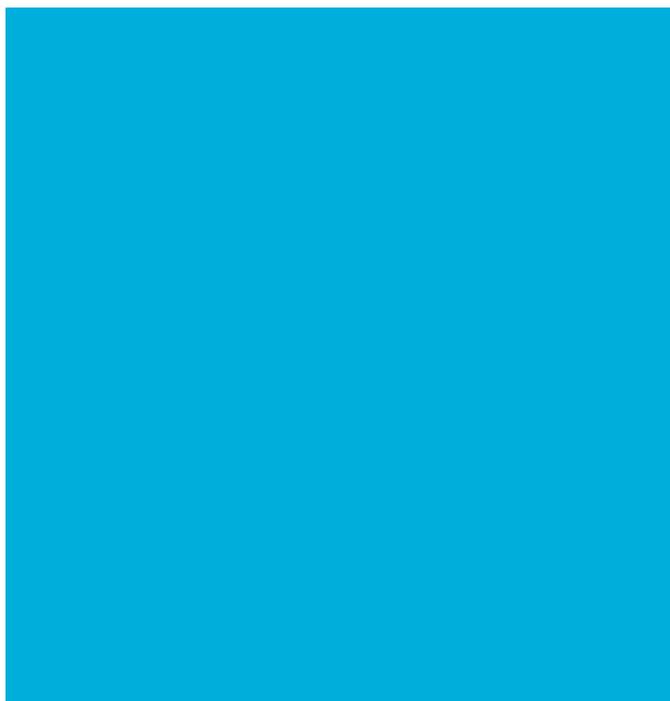
40

Plano de Lutas

44

Regimento Interno

Apresentação



Mesa de abertura do 10º Consinpro. Da esquerda para a direita: o secretário de Assuntos Educacionais da Contec, professor José Thadeu Rodrigues de Almeida; o professor Cícero Fialho, representante do MEC; o presidente do Sinpro-Rio, Wanderley Quêdo; o presidente da CUT-RJ, Darby Igayara; o professor Sidney Drago, representante do Colégio Pedro II; e o coordenador da Feteerj, Luiz Alberto Wiechers Grossi

A Diretoria do **Sinpro-Rio**, cumprindo compromisso de campanha, elegeu como temário do **10º Consinpro** três assuntos de grande importância: a conjuntura educacional brasileira - Conae e PNE, a sustentação financeira do **Sinpro-Rio** e a revisão estatutária.

Este ano, devido ao calendário eleitoral, o **10º Consinpro** foi realizado antecipadamente, nos dias 16, 17 e 18 de setembro, e contou com 220 delegados eleitos por cerca de 3 mil professores em 146 instituições de ensino que, em sua maioria, participaram das atividades congressuais.

O **10º Consinpro** teve como referência teórica o seminário "Construindo o Plano Nacional de Educação PNE", no dia 11 de setembro, onde foram discutidas, entre outras coisas, as diretrizes e estratégias para a construção do PNE à luz do documento final da Conae 2010.

A Revista **Sinpro-Rio** publica, nesta edição, uma síntese de cada exposição feita no seminário de educação, a íntegra dos documentos aprovados no congresso, o Regimento Interno e as bandeiras de lutas aprovadas pela plenária final.

O **10º Consinpro** reafirmou princípios históricos defendidos pelo **Sinpro-Rio**, tais como: a afirmação da educação como direito humano fundamental com sentido de formação humana omnilateral e sob responsabilidade do Estado brasileiro, seja na oferta direta, seja no papel de regulamentação do setor

privado. Este princípio deve ter como centralidade a escola pública gratuita, laica, de qualidade e emancipadora para toda população, cabendo à educação privada um papel suplementar no Sistema Nacional de Educação, como concessão do Estado, conferida em função das necessidades sociais. Aprovou-se ainda a intensificação da campanha "Condições de Trabalho e Saúde do Professor", o orçamento participativo e, entre outras questões, a limitação da reeleição presidencial a até três mandatos.

A **Revista Sinpro-Rio**, edição especial, **10º Consinpro**, pretende ser o instrumento inicial na luta pela implementação das bandeiras aprovadas no congresso - que caberá à Diretoria, aos delegados e à militância em geral e poderá ser utilizada para reflexão e indicador de ações transformadoras para a categoria.

Cabe aqui agradecer aos funcionários do Sindicato, que realizaram, com muita competência, seu trabalho no **10º Consinpro**; e às entidades presentes: Cut, Contee, Feteerj, MEC, CPEI, Sinpro-Niterói, Sinpro-Nova Friburgo e Sinpro-Petrópolis. O **10º Consinpro** já faz parte da história do **Sinpro-Rio**, que completará, em 2011, 80 anos de luta de um sindicato forte, com todos, para todos e por todos.

Saudações sindicais

Wanderley Quêdo

Presidente do **Sinpro-Rio**

Metodologia



O 10º Congresso do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (10º **Consinpro**), ocorrido nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2010, nas dependências do Colégio Pedro II, unidade São Cristóvão, ficará marcado na história do Sindicato por ter sido um congresso cuja pluralidade de ideias dos delegados convergiu em uma só: abraçar os desejos dos professores. E entre esses desejos, a luta pela implementação das metas aprovadas na Conferência Nacional de Educação (Conae) e por um Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) que garanta as aspirações da categoria.

Importantes deliberações foram tomadas pelo 10º **Consinpro**. A discussão sobre a sustentação financeira do Sindicato e a reforma estatutária foram objeto de especial análise por parte dos delegados presentes e diretoria. Entre as deliberações, tomadas nessa parte, estão a possibilidade de reeleição do presidente do sindicato limitada a até três mandatos. Em também uma decisão inédita, o 10º **Consinpro** aprovou as duas teses apresentadas: “Sustentação Financeira e o Papel do Sindicato na Construção do Plano Nacional de Educação” e “Pensar Educação no Brasil é pensar o papel do Professor e de seu Sindicato” como as bases para a atuação sindical do **Sinpro-Rio** nos próximos anos. Tal fato só foi possível porque as duas propostas não se contradiziam.

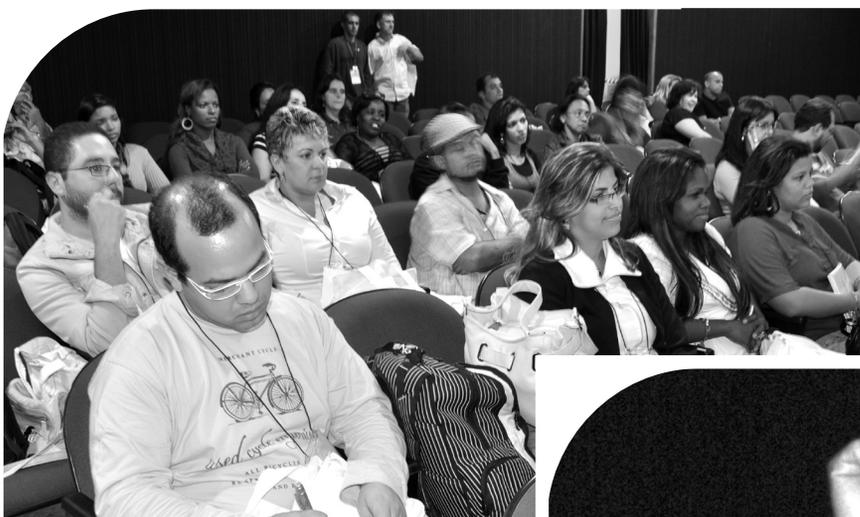
O Congresso foi iniciado no dia 16 de setembro, com aprovação do regimento às 19h e uma palestra sobre o tema “Conjuntura Educacional Brasileira: Conae e PNE”, ministrada pelo professor e Secretário em Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), José Thadeu Rodrigues de Almeida. No dia 17, foi realizada a plenária, abordando o

tema “Sustentação Financeira e Revisão Estatutária: dimensionamento jurídico”, e, logo depois, houve a apresentação e defesa das duas teses que norteavam todas as discussões do congresso. Durante a tarde, divididos em grupos para discutirem os temas mais aprofundadamente, os delegados debruçaram-se sobre os tópicos, apresentando emendas supressivas, aditivas ou substitutivas às duas teses. No dia seguinte, 18 de setembro, quando tais emendas foram apresentadas, todas foram aprovadas na Plenária Final e constam desta revista, para que os leitores conheçam o trabalho final.

Antes do 10º **Consinpro**, no dia 11 de setembro, o **Sinpro-Rio** ofereceu gratuitamente, e sediou, o seminário “Construindo o Plano Nacional de Educação PNE”, que iniciou o debate sobre o tema e serviu de base para as deliberações que foram tomadas no congresso. Durante todo o dia, o mediador dos debates foi o professor José Thadeu Rodrigues de Almeida. Na parte da manhã, compuseram a mesa o secretário executivo do Ministério da Educação (MEC) e coordenador-geral da Conae, professor Francisco das Chagas Fernandes, e o professor e sociólogo Maurício Fabião, diretor-geral do Instituto Mais Cidadania. Na parte da tarde, tiveram voz a professora doutora Aparecida Tiradentes, pesquisadora da Fiocruz e consultora do **Sinpro-Rio**; e a técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ana Maria Ribeiro.

Nesta revista é possível conhecer, portanto, as orientações para a atuação sindical nos próximos anos. Mais do que aproveitar a leitura e inteirar-se ainda mais sobre as conjunturas em que a luta pela qualidade da educação e por melhores condições de trabalho e saúde para os professores estão inseridas, este é um “guia” para acompanhar o trabalho do **Sinpro-Rio**.

Números



Números do 10º Consinpro

Delegados inscritos	220
Mulheres	110
Homens	110
Votantes	2.564
Observadores	30
Entidades sindicais presentes	8
Estabelecimentos	146

Números do Seminário de Educação: PNE

Inscritos	85
Mulheres	47
Homens	38
Palestrantes	5

Seminário 'Construindo o Plano Nacional de Educação (PNE)'



1- Vânio Lenzi, 2 - André Marinho, 3 - Aparecida Tiradentes, 4 - Ana Maria Ribeiro, 5 - Mesa do seminário durante os debates da tarde, 6 - Wanderley Quêdo, 7 - Maurício Fabião, 8 - Ana Maria Ribeiro, José Thadeu de Almeida, Aparecida Tiradentes, Wanderley Quêdo e Maria do Céu Carvalho, 9 - Hécio Alvim Filho, 10 - Francisco das Chagas Fernandes, 11 - Auditório: professores participaram das discussões sobre o PNE.

Discussões deram suporte às deliberações do 10º Consinpro

Iniciando os trabalhos para o 10º Consinpro, o seminário, ocorrido na sede do Sinpro-Rio, discutiu o Plano Nacional de Educação (PNE), que será construído para o decênio 2011-2020. Com o objetivo de oferecer suporte às deliberações dos delegados eleitos, o seminário contribuiu para o debate e construção do PNE, a partir das diretrizes apontadas pela Conferência Nacional de Educação (Conae-2010), tendo como premissa a organização de um sistema articulado de educação que integre, necessariamente, o setor privado da educação no sistema nacional.

O evento, que durou todo o dia 11 de setembro, teve como mediador o Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), professor José Thadeu Rodrigues de Almeida, que foi o conferencista de abertura do 10º Consinpro. Os palestrantes da parte da manhã foram o coordenador-geral da Conae e secretário executivo do MEC, professor Francisco das Chagas; e o diretor-geral do Instituto Mais Cidadania, Maurício Fabião. Durante os debates da tarde, tomaram a palavra a professora doutora Aparecida Tiradentes, consultora do Sinpro-Rio e pesquisadora da Fiocruz; e a técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ana Maria Ribeiro.

O sociólogo Maurício Fabião, sempre baseado em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), pautou boa parte de sua apresentação nos números que demonstram uma evolução na educação brasileira nos últimos anos e ainda na disparidade, ainda existente, quando se trata dos números, entre a educação pública e a privada. O palestrante lembrou a campanha pelo direito à educação. “Temos a missão de efetivar o direito à educação de qualidade”, destacou ele, que também apresentou números da educação no Brasil. E parabenizou o sindicato pela iniciativa do pré-congresso. “Acredito que, com isso, o Consinpro terá uma qualidade mais elevada em seus debates”, avaliou.

O seminário debateu também as implicações que as atuais conjunturas política, econômica e social estão trazendo para a Educação Superior. A professora Aparecida Tiradentes falou sobre a Educação Superior no Plano Nacional

de Educação. Ela contou que o plano já provoca um intenso debate e organização, não somente por parte dos professores e trabalhadores em educação. “A Associação Brasileira de Mantenedores da Educação Superior tem se organizado para debater a Conae. Eles têm a esperança de que o PNE os beneficie”, revelou. A professora frisou o contexto político e sindical que a Educação Superior vive. “Diversos setores são atingidos pela financeirização. Vivemos a época da mercantilização da educação”, aponta a pesquisadora, lembrando que 90% das Instituições de Educação Superior (IES) são privadas, onde estão lotadas 75% das matrículas dos alunos.

Ana Maria Ribeiro lembrou que a educação pública e a privada possuem suas singularidades e devem ser tratadas de forma diferente. “São planos de cargos e salários diferentes, estrutura de capacitação diferentes. Mas sabemos que, em qualquer caso, a escola que trata seriamente seu pessoal tem diferenciação na qualidade do ensino oferecido. E a pública, inevitavelmente, serve como referência para a privada”, concluiu ela.

O professor Francisco das Chagas Fernandes, coordenador-geral da Conae e Secretário Executivo do MEC, lembrou o papel do Sinpro-Rio durante a realização da conferência. “O Sindicato foi fundamental para o sucesso da Conae”, afirmou. Chagas ressaltou o tema central abordado pela conferência: “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o PNE, as diretrizes e estratégias de ação”. “Era preciso provocar o pensamento sobre essa articulação entre os entes federados, pois é na hora dessa colaboração que o sistema se complica. Precisamos atuar para alcançar a qualidade almejada na educação”, salientou o secretário executivo do MEC. Ele destacou ainda que o Plano Nacional de Educação carrega o que considera vícios de origem. “Na sua construção, não houve acordo entre o governo da época e a sociedade civil. O PNE também era uma lei de estado, mas não estava na Constituição. Só com a Emenda Constitucional nº 59/2009, isso foi mudado. Mas ela ainda tem que ter meta de investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para assegurar o efetivo direito de todos à educação”, argumentou o professor. Nesta revista, o secretário executivo do MEC apresenta as perspectivas para o Plano Nacional de Educação (PNE).

'Perspectiva para o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011 – 2020)'



O secretário executivo do MEC, Francisco das Chagas Fernandes, participou do Seminário

Historicamente, a redemocratização do país, a partir da década de 1980, acelerou mudanças na educação brasileira, impulsionadas por mobilização popular.

Do ponto de vista jurídico, normativo e institucional, o Brasil vivenciou avanços consideráveis com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando se garantiram, dentre outros, o acolhimento de uma concepção ampla de educação, sua inscrição como direito social inalienável, a corresponsabilidade dos entes federados por sua implementação e a ampliação dos percentuais mínimos dos impostos arrecadados.

As modificações na ordem jurídico-institucional completaram-se com a aprovação, pelo Congresso Nacional, de vários instrumentos legais de grande impacto para a educação brasileira, destacando-se: a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a Emenda Constitucional nº 14, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); a Lei nº 10.172/2001, que estabeleceu o atual PNE; a Lei nº 11.494, de 20/06/2007, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e a Emenda Constitucional nº 59/2009, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE), de periodicidade decenal, com a função de articular o sistema nacional de educação e de definir a proporção do produto interno bruto destinado à execução de suas metas.

Antes, com a última LDB, que reestruturou e definiu as diretrizes e bases da educação escolar no Brasil, foi criada a década da educação e definido o Plano Nacional de Educação para ela. O PNE (2001 – 2010), por sua vez, traçou novos rumos para as políticas e ações governamentais, fixando objetivos e metas para a chamada “Década da Educação”.

Entendido como política pública de Estado, o PNE foi o resultado possível da correlação de forças então vigentes no Congresso, explicitada nas duas propostas de plano, envolvendo a sociedade civil e a política. Nesse contexto, os dois projetos de PNE (a proposta da sociedade brasileira e a do Executivo) traduziam, no campo educacional, concepções distintas, tanto em questões de forma quanto de conteúdo, e diferentes prioridades educacionais. Assim, a tramitação do PNE, após o envio do projeto do Executivo, caracterizou-se pela realização de audiências públicas e por um debate

marcado pela hegemonia, entre os parlamentares, da proposta governamental sobre o anteprojeto da sociedade civil. Apesar dos limites históricos e políticos, a elaboração do PNE contribuiu para a consolidação de um documento que estabeleceu as diretrizes e metas, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino.

Ressalte-se, ainda, o papel histórico da sociedade brasileira no processo de planejamento da educação com a realização de conferências nacionais de educação como espaços de participação de todos na construção de novos marcos para as políticas educacionais, que culminaram com o Plano Nacional de Educação em vigor. Esta concepção esteve presente, sobretudo, nas conferências brasileiras de educação, nos congressos nacionais de educação, nas conferências nacionais de educação e cultura promovidas pela Câmara dos Deputados, na Conferência Nacional Educação Para Todos, nas conferências e encontros realizados pelo Ministério da Educação e, mais recentemente, na Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, na Conferência Nacional de Educação Básica, na Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, no Fórum Nacional de Educação Superior e nas conferências municipais, intermunicipais e estaduais, que antecederam a Conferência Nacional de Educação realizada no mês de abril de 2010.

A Conae, com seu tema central “O Sistema Nacional Articulado de Educação - O Plano Nacional de Educação 2011 – 2020 - Diretrizes e Estratégias de Ação”, apreciou e deliberou sobre proposta para o próximo decênio.

O atual PNE apresenta limites estruturais significativos em relação à sua organicidade e à articulação entre sua concepção, diretrizes e metas e o potencial de materialização na gestão e no financiamento da educação nacional. Os vetos ao PNE e a ausência da regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, como preconiza a Constituição Federal de 1988, traduzem os limites estruturais à sua implementação. Outras limitações se devem à diretriz político-pedagógica vigente à época, que, por exemplo, naturalizou no PNE a adoção de políticas focalizadas, ao enfatizar o Ensino Fundamental (EF) em detrimento de uma ação articulada para toda a educação nacional.

Assim, aprovado pelo Congresso Nacional e instituído pela Lei nº 10.127, de 9 de janeiro de 2001, o PNE estabeleceu diretrizes e metas para a educação brasileira por um período de dez anos, a contar da data de sua publicação. Dois anos após sua aprovação, o Brasil passou por um processo de alternância no poder e, nesse novo período administrativo, as políticas educacionais ganharam vitalidade e visibilidade na agenda pública, sobretudo na expansão e defesa de uma educação pública de qualidade a partir do binômio inclusão/democratização.

Muitas foram as iniciativas, merecendo particular destaque a elaboração de uma proposta de reforma universitária (em tramitação no Congresso Nacional), a avaliação da educa-

ção superior, a busca da consolidação do sistema de avaliação da EB (Saeb), a ampliação do EF de oito para nove anos, a implementação de políticas de ações afirmativas e, no plano estrutural, a criação do Fundeb.

Outros aspectos a serem ressaltados referem-se à aprovação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), bem como de um conjunto de ações e políticas direcionadas à expansão da educação tecnológica e superior públicas, por meio da criação de novas instituições, campi e cursos. Além desses, registre-se a estruturação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que, em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES) federais e com estados e municípios, tem contribuído para a expansão de cursos por meio da modalidade Educação a Distância (EAD).

Ação estrutural e fundamental no processo de busca de organicidade das políticas, programas e ações no campo educacional, foi, sobretudo, o lançamento, em 2007, pelo Ministério da Educação, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O plano expressa a resposta institucional do Executivo Federal à necessidade de garantir a equalização das oportunidades de acesso a uma educação de qualidade e de nela permanecer. Desse modo, contribui para a redução das desigualdades sociais e regionais, ao mesmo tempo em que busca garantir o cumprimento do direito à educação, segundo o que prescreve a Constituição Federal, em uma perspectiva pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade.

Nesse contexto, o PDE articula-se ao Plano Nacional de Educação, na medida em que busca contribuir para assegurar seis pilares articulados: a) visão sistêmica da educação; b) territorialidade; c) desenvolvimento; d) regime de colaboração; e) responsabilização; f) mobilização social.

Ressalta-se, ainda, o Decreto 6.755 de 2009, que instituiu a política nacional de formação do magistério da educação básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração da União com os estados, Distrito Federal e municípios, a formação inicial e continuada desses professores. Essa política materializou-se em um Plano Nacional (destinado aos professores, em exercício, nas escolas públicas, sem formação adequada às exigências da LDB), oferecendo cursos superiores públicos e gratuitos.

Em relação ao processo de acompanhamento e avaliação do atual PNE, suporte indispensável à elaboração do Projeto de Lei do novo plano, observa-se que a legislação educacional em vigor distribui entre várias instituições a responsabilidade pelo seu acompanhamento e avaliação. Os papéis do MEC, do CNE e das comissões de educação da Câmara e do Senado Federal são, simultaneamente, concorrentes e complementares. Como órgão formulador e executor das políticas federais de educação, o MEC tem como atribuição não apenas instituir “os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação” e assegurar a realização de

avaliações periódicas dos seus níveis de implementação, mas, sobretudo, exercer a coordenação do processo de execução do PNE.

Subsidiariamente, compete, ainda, ao MEC a tarefa de incentivar os estados e os municípios na elaboração de seus respectivos planos decenais, em cumprimento ao que estipula o art. 2º da Lei nº 10.172.

Alguns processos avaliativos, de várias iniciativas institucionais, ao longo da implementação do PNE, dentre elas algumas do MEC, merecem ser destacados:

a) realização de estudo sobre a implementação do PNE pela Consultoria Legislativa, por solicitação da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, publicado em 2004;

b) Colóquio Nacional sobre Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação realizado em Brasília, em 2005, sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino (Cafise) da Seb/MEC;

c) seminários regionais de acompanhamento e avaliação do PNE e dos planos decenais correspondentes realizados nas cinco regiões do país, em 2006, e coordenados pelo MEC/Seb/Dase/Cafise;

d) diagnósticos regionais da situação educacional diante das metas do PNE realizados pelo Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional (Cedeplar/UFMG) em 2006;

e) ciclos de debates, promovidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com vistas a subsidiar o MEC no envio de propostas para o Congresso Nacional, em setembro e outubro de 2005;

f) avaliação preliminar do PNE, de 2001 a 2005, coordenada pela Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE/Inep), com a participação de especialistas em educação;

g) avaliação do PNE, de 2001 a 2008, coordenada pela SEA/MEC, com a participação de especialistas em educação.

O processo de avaliação do PNE tem sido, junto com as diretrizes e estratégias de ação deliberadas na Conferência Nacional de Educação, importante subsídio para a formulação do Projeto de Lei do PNE (2011 – 2020).

A avaliação do PNE, de 2001 a 2008, coloca em evidência o papel do Governo Federal como articulador da política nacional de educação e como ente responsável pelas iniciativas de cooperação técnica e financeira com os estados, o Distrito Federal e os municípios, sem desconsiderar o papel da sociedade civil.

A despeito das dificuldades e limitações na implementação do PNE, progressos significativos foram identificados.

No que se refere à **Educação Básica (EB)**, registre-se:

a) o redimensionamento dos recursos, por meio da criação do Fundeb, que oferece novos marcos para o financiamento das diversas etapas e modalidades da EB e maior aporte financeiro por parte da União na complementação do Fundo;

b) o estabelecimento de diretrizes, políticas e ações destinadas à EI, à realização de pesquisas e à implementação de apoio técnico e pedagógico aos sistemas de ensino, a fim de apoiar os processos de organização, gestão e implantação desta etapa da EB, bem como de programas específicos para a formação inicial e continuada dos professores e funcionários que atuam na EI;

c) a consolidação de políticas de universalização do EF e de sua ampliação de oito para nove anos, para garantir mais tempo à escolarização obrigatória no país, simultaneamente à otimização do uso da capacidade instalada dos diversos sistemas de ensino, com a realização de experiências para a melhoria do acesso do estudante à escola e de sua permanência nela, adotando-se a educação de tempo integral;

d) a reorganização do EM e da educação profissional (EP), para romper com o dualismo estrutural hodierno e, concomitantemente, ampliar as oportunidades educacionais dessa etapa da EB, por meio de apoio técnico e financeiro; a implementação de programas específicos para a consolidação do EM, por meio da ampliação de matrículas, da melhoria de sua qualidade e, no que se refere à EP, pela diversificação e ampliação das oportunidades educativas nessa modalidade de ensino; e, também, os significativos esforços de ampliação do acesso, para a universalização e a extensão da obrigatoriedade do EM;

e) a busca de uma política educacional voltada para a inclusão e pautada no respeito à diversidade étnico-racial, de gênero e orientação sexual, ambiental, à educação do campo e às questões juvenis. Nesse contexto, destaca-se o esforço de construção de políticas de ações afirmativas que reconheçam a sobreposição entre desigualdades e diversidade e contemplem o direito à diferença, as especificidades, as necessidades dos grupos sociais e etnicorraciais, que vivem um histórico de racismo, discriminação e exclusão na sociedade brasileira;

f) a implementação de políticas e programas educacionais para a superação do racismo e o respeito à diversidade étnico-racial. Nesse sentido, destaca-se, a partir de 2009, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;

g) a implementação de ações concretas para cumprir a Constituição Federal de 1988, na proteção às manifestações das culturas indígenas e na garantia, a essas comunidades, da



O sociólogo Maurício Fabião, o secretário de Assuntos Educacionais da Contee, José Thadeu de Almeida, e o secretário executivo do MEC, Francisco das Chagas Fernandes

oferta da educação escolar indígena diferenciada, intercultural e bilíngue/multilíngue, por meio da utilização de suas línguas maternas, processos próprios de aprendizagem e da formação de profissionais da educação originários dos próprios povos. Nesse mesmo sentido, há intenção de garantir autonomia às escolas indígenas, especialmente na construção do projeto pedagógico, no uso dos recursos financeiros e de mecanismos de participação colegiada das comunidades na organização e na gestão das escolas;

h) a disseminação de políticas para a transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, por meio do apoio à formação de gestores e educadores, tendo como princípio a garantia do direito dos alunos com deficiência de acesso às escolas da rede regular de ensino e de permanência nelas, com qualidade, e a implementação, a partir de 2008, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva;

i) a busca da ampliação da oferta de EB nas escolas do campo, por meio de políticas, programas e ações que contribuam para o cumprimento do que estabelecem as Diretrizes Operacionais para a EB do campo, integrados a uma política de valorização do campo, que engloba os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores, dos caiçaras, dos ribeirinhos e dos extrativistas como sujeitos da inclusão social, a partir de uma visão que alia a educação ao desenvolvimento sustentável;

j) o redimensionamento da política de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao enfatizar a qualidade e o melhor aproveitamento dos recursos públicos nela investidos, incluindo, dentre outros: ampliação do período de alfabetização; aumento dos

recursos para a formação dos alfabetizadores; implantação de um sistema integrado de monitoramento e avaliação do programa; aumento do percentual de recursos para estados e municípios, via garantia de recursos do Fundeb, o que, certamente, propiciará a ampliação das oportunidades educativas para jovens e adultos;

k) a implementação, pelo MEC, de políticas e programas de formação e profissionalização dos trabalhadores da educação (docentes e não docentes), em parceria com sistemas de ensino e universidades, garantindo formação pedagógica e formação em conhecimentos específicos, tendo a instituição educativa como dinâmica e base formativa.

No tocante à **Educação Superior (ES)**, registre-se:

a) a reorientação das políticas e programas do MEC para a educação superior, a fim de democratizar o acesso e a inclusão social, em meio a um cenário onde se naturalizava o predomínio da educação privada, sobretudo após o processo expansionista desencadeado com a aprovação da LDB, em 1996;

b) o redimensionamento do financiamento, ampliando os recursos das instituições federais de ensino, bem como os vinculados às políticas de apoio aos estudantes;

c) o subsídio aos estudantes de baixa renda em IES privadas (comunitárias/confessionais/filantrópicas ou particulares), por meio do Prouni, que oferta bolsas integrais e parciais;

d) a ampliação dos recursos para manutenção e expansão do Sistema Federal de Educação Superior, por meio

de programas como o de expansão das Ifes, no interior, e de reestruturação e expansão das universidades federais (Reuni);

e) a expansão da educação profissional e tecnológica, por meio dos institutos federais de educação tecnológica (Ifets), com papel significativo na formação de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável, bem como na formação de professores;

f) a criação e busca da consolidação de avaliação da ES, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com desdobramentos nos atos de supervisão e regulação, englobando os setores público e privado, para promover a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica;

g) as mudanças curriculares dos cursos de Graduação;

h) a implementação de políticas de ação afirmativa, sobretudo aquelas voltadas para estudantes de escola pública, negros, indígenas e povos do campo, a fim de democratizar o acesso à Educação Superior e a permanência nela, alterando-se, consideravelmente, as formas de ingresso, sobretudo em algumas IES públicas;

i) a implementação de ações direcionadas à expansão da educação a distância no país, após sua regulamentação. Os indicadores já permitem visualizar o crescimento de cursos e IES credenciadas, com destaque para a expansão pública que resultou da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), propiciando a integração dos esforços de ampliação das oportunidades educativas por meio dessa modalidade, sendo importante intensificar seu acompanhamento e sua avaliação;

j) o estímulo à consolidação e ao desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa das universidades e institutos, o que resultou na ampliação considerável, nesse período, do número de pesquisadores qualificados/titulados, além do expressivo crescimento no número de bolsas de mestrado e doutorado distribuídas pela Capes e pelo CNPq, bem como dos recursos para editais de apoio à pesquisa e à inovação tecnológica. Ressalte-se que a execução do Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG/2005-2010) vem estimulando a consolidação e o desenvolvimento da Pós-graduação e da pesquisa nas IES.

Todas essas ações e programas retratam o esforço despendido pelo MEC, em articulação com os demais entes federados e em diálogo com os movimentos sociais, para aprimorar a EB e ES no país, a fim de encontrar soluções para os problemas que provocam as desigualdades sociais e educacionais. Um dos gargalos ainda é a ausência de regulamentação do regime de cooperação, colaboração e corresponsabilidade entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

Algumas condições básicas se apresentam como **desafios para o PNE 2011 - 2020**:

a) articular o Sistema Nacional de Educação (SNE), responsável pela institucionalização de orientação política comum e de trabalho articulado e permanente do Estado e da sociedade na garantia do direito à educação, como forma de estabelecer ação sistêmica entre os níveis (Educação Básica e Educação Superior), etapas e modalidades, garantindo a sintonia entre as políticas públicas de educação e definição de estratégias de ação;

b) regulamentar o regime de colaboração, cooperação e corresponsabilidade entre os entes federados (União, estados, DF e municípios), com vistas à consolidação dos sistemas de ensino próprios e à ampliação dos atuais percentuais do PIB para a educação nacional, de modo a garantir, em dez anos, até 10% do PIB nacional aplicado em educação;

c) criar e implantar o Fórum Nacional de Educação, órgão consultivo do Estado, articulador das próximas edições da Conae e como espaço de mobilização e deliberação dos diferentes segmentos sociais, visando ao acompanhamento do novo PNE e à consolidação de um projeto de educação nacional cuja construção seja efetivamente democrática;

d) implementar o efetivo acompanhamento e avaliação do PNE que contribua para a articulação entre esse plano e os planos estaduais, do DF e municipais, com vistas à efetiva execução de suas metas.

(*) Francisco das Chagas Fernandes é secretário executivo do MEC e foi coordenador-geral da Conae.

Conjuntura Educacional Brasileira

Conae e PNE



José Thadeu Rodrigues de Almeida foi o conferencista de abertura do 10º Consinpro

O secretário de Assuntos Educacionais da Contee, professor José Thadeu Rodrigues de Almeida, foi o único conferencista do 10º Consinpro. Sua palestra ocorreu no primeiro dia do congresso, dia 16 de setembro, sobre o tema “Conjuntura Educacional Brasileira - Conae e PNE” e teve por objetivo apresentar um panorama da conjuntura na qual a educação está inserida e deveria ser debatida.

O professor falou sobre a grande conquista que foi a Conferência Nacional de Educação (Conae). “Depois de muitas negociações, tentativas e pressões e de seis anos de Governo Lula, conquistamos a Conae. A Conae não foi uma dívida do governo. Quando Cristóvam Buarque era ministro da Educação, propôs um modelo de conferência, pouco abrangente, com pouca margem para debates. E, claro, recusamos. Conquistamos primeiro a Conferência da Educação Básica (Coneb). A Conae foi uma das resoluções da Coneb”, declarou, contextualizando o que representou, para os educadores, a obtenção desse espaço.

José Thadeu destacou que a Conae teve participação de mais de 3 milhões de pessoas, em conferências municipais e estaduais, oriundas das mais diversas classes sociais, lideranças locais, idades diferenciadas. “Um grupo de estudantes, em uma cidade que visitei, abriu o caderno e falou que tinha uma proposta. Tinha discutido em sala de aula”, salientou.

“Falamos muito que desejamos uma educação de qualidade. Mas para quem? Com quem? Feita com que inten-

cionalidade? Em si, não é um conceito absoluto”, argumentou. Entre os frutos da Conae, José Thadeu apontou o Plano Nacional de Educação (PNE). “É um plano de Estado e não de governo. Está para além dos governos, nesse caso, valerá para o próximo decênio. Estabelece metas e compromissos, estratégias para se alcançar melhorias educacionais nos setores público e privado e, por isso, deveria ter na sua participação os diferentes entes federados. Mas levou-se muito tempo para que o primeiro plano para a educação, de fato, acontecesse”, resumiu.

A educação como bem público, e não como serviço, e portanto direito de todos; a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados; a regulamentação do setor privado em consonância com o Sistema Nacional de Educação (SNE), entre outros temas, foram abordados pelo professor. “É preciso ter o controle social da implementação, popularizar o PNE. Haverá embates. Usarei uma reflexão de Luiz Dourado, professor da Universidade de Brasília (UnB) e colaborador do texto da Conae, sobre a implementação do plano: *na medida em que se configura como ato político, expressa sempre uma tomada de posição, de homem, de mundo, de Educação*”, pontuou o secretário da Contee.

“Qual é a realidade que queremos ter? Que futuro de Educação queremos construir?”, questionou José Thadeu, que defendeu que, longe de qualquer utopia, questões como estas deveriam ser grandes reflexões para todos, em todos os lugares. E também no 10º Consinpro.

Texto Final



DA DIRETORIA: SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA E O PAPEL DO SINDICATO NA CONSTRUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

1. Introdução

1.1 – Apresentação

Em 2007, em sua plenária final, o 9º Consinpro aprovou, entre outras bandeiras de lutas, uma fundamental, que marcou e tem marcado nossa trilha até aqui, neste 10º Consinpro: “O Sinpro-Rio deverá: lutar pelo controle do Estado sobre a educação privada, como concessão do poder público, trabalhando por sua regulamentação, pela fiscalização do seu funcionamento e padrão de qualidade”¹.

Aquele congresso debruçou-se sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e aprovou um Plano de Lutas de dez pontos, que contemplava desde o financiamento da educação, avaliação e gestão democrática até a valorização do profissional de educação, passando pela mobilização para a luta pela regulamentação da educação privada no Brasil.

Daquele momento até hoje, tivemos a realização, em 2008, da Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb) e, este ano, da Conferência Nacional da Educação (Conae), precedida, em 2009, pelas conferências municipais e estaduais. Estivemos em todos esses fóruns, representados como entidade, cumprindo aquilo que deliberamos no congresso; e mais: fizemos, em muitos momentos, parte integrante da organização e coordenação desses espaços institucionais de luta, levando nossas bandeiras, que se conjugaram com as demandas dos movimentos sociais e, juntos, aprovamos a construção do Sistema Nacional de Educação Articulado (SNE) e apontamos as diretrizes para o novo Plano Nacional de Educação (PNE/2011-2020).

Neste 10º Consinpro, temos como temário três assuntos de grande importância: a conjuntura educacional brasileira: Conae e PNE, a sustentação financeira do Sinpro-Rio e a revisão estatutária, sendo, estes dois últimos temas, compromissos de campanha da atual diretoria. Neste sentido, a diretoria, junto com suas assessorias técnicas e pedagógicas, construiu a tese que segue nas próximas páginas, com suas análises e propostas de luta acerca dos pontos do temário publicado em edital; e para melhor situar essas questões em seu contexto histórico, produziu uma análise de conjuntura que integra esta

introdução, para que cada delegado possa ter maior segurança e proveito em suas deliberações neste 10º Consinpro.

1.2 – Conjuntura política internacional e nacional

Estamos neste final da primeira década do século XXI no meio de grandes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. Em nossas análises anteriores,² traçamos um panorama histórico da educação brasileira e nos posicionamos frente aos grandes desafios que se revelavam naquela conjuntura, através de nossa análise.

O que mudou de agosto de 2008 para cá? A crise financeira nos Estados Unidos, que afetou os bancos e a economia mundial? Quais foram os processos existentes que se aprofundaram? O que se revelou correto em nossas análises? Quais são os pontos fortes e os pontos fracos de nossa organização sindical? Quais são os nossos novos desafios e que responsabilidades precisamos (re)assumir perante nossa categoria na base territorial do Sinpro-Rio? Que reivindicações devemos encabeçar perante os governos federal, estadual e dos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Paracambi e Seropédica? Como devemos fortalecer nossas estratégias diante dos embates com os sindicatos patronais? Que parcerias devemos buscar com as entidades que representam localmente os interesses dos professores que o Sinpro-Rio defende? Que estratégias comuns de luta podemos estabelecer com organizações que objetivam os mesmos interesses que defendemos?

1.3 - Conjuntura econômica e política internacional

Crise financeira, crise econômica, crise política de hegemonia do Império, crise estrutural do sistema de mercado, crise societária...

O processo de acumulação capitalista possui três características principais: 1ª – É orientado para o crescimento; a falta de crescimento é a crise; 2ª – O crescimento, em valores reais, baseia-se na exploração do trabalho vivo na esfera da produção; 3ª – O sistema de produção de mercadorias é, por necessidade, dinâmico e inovador, tecnológica e organizacionalmente. (Ver HARVEY, D. in: *The limits to capital*)



Paulo Cesar Ribeiro

Diretor do Sinpro-Rio

Desde o século XIX, passando pelo século XX e ainda neste início do XXI, podemos verificar as fases cíclicas de expansão, auge, queda (mais ou menos prolongada e mais ou menos acentuada) da produção, “fundo do poço” e nova expansão, novo ápice e nova queda. Um movimento oscilante tem acompanhado a expansão mundial desse modo de produção de mercadorias que se espalhou pelo mundo inteiro com suas crises periódicas. Algumas crises mais prolongadas e graves recebem o nome de recessão. Quando a recessão torna-se mais aguda e prolongada, recebe o nome de depressão. Quando o problema é grave, é como o diabo, nem se pode pronunciar o nome! A simples menção do nome do “danado” parece que vai atrair mais desgraças. Assim são as crises do sistema econômico vigente em quase todo o mundo.

Agora estamos assistindo e sofrendo mais uma. A crise financeira global que sacudiu o mundo no segundo semestre de 2008 assumiu aspectos “tenebrosos”. Algo assim, em se considerando espaços e tempos diferenciados, só durante a grande depressão econômica que derrubou as bolsas de valores no mundo inteiro no ano de 1929.

No ano de 2009, para muitos, a crise se dissipara. Para outros, ela continuaria sendo a pior crise econômica da história da humanidade, com consequências terríveis para os pobres do mundo todo. Essas duas visões permanecem; a segunda, porém, ganha peso quando a crise volta a se manifestar com vigor no continente europeu. É só observar os acontecimentos

da Grécia e suas possíveis repercussões. A crise grega foi o sinal de alerta. Vide pacote de 110 bilhões de euros, articulado conjuntamente pela União Europeia e pelo FMI, para salvar os bancos gregos. Em seguida, outra operação financeira de 750 bilhões de euros destinada à cobertura dos demais países europeus que enfrentavam dificuldades de pagamento aos seus credores. Se, na Grécia, a crise já atingiu a esfera política, o mesmo pode acontecer em outros países de economia mais fragilizada do continente, principalmente os da península ibérica ou mesmo a Itália. Na Espanha foi anunciado um pacote de medidas fiscais que inclui corte de salários e de investimentos, congelamento de aposentadorias e direitos sociais. Os portugueses descobrem, assustados, que poderão perder direitos trabalhistas, que haverá corte nos salários dos funcionários públicos e aumento de impostos.

“Na Europa, a principal alavanca das pressões é a Alemanha: ao fazer cortes de gastos públicos sem necessidade real e controlar o Banco Central Europeu, o país impõe ao continente uma austeridade artificial. Contraproducente em relação aos interesses da própria indústria alemã, que tem os vizinhos europeus como seus principais clientes, mas que faz sentido em relação aos interesses percebidos do setor financeiro. Só a ameaça da França de pular fora da canoa do euro pôs um limite à truculência de Angela Merkel, disposta a deixar a Grécia quebrar para evitar a derrota governista numa eleição local. Os eleitores alemães sentem menos a crise. Ali, onde o aumento do desemprego foi relativamente pequeno e parece ter sido controlado, a percepção é que os outros países devem se arranjar como puderem. Não percebem o quanto essa política é desastrosa para gregos, portugueses e espanhóis, cuja economia está em queda livre, e o quanto sua prosperidade depende do resto do continente. Os mesmos analistas que se dizem preocupados com governos que não agem para reduzir o déficit entrarão amanhã em pânico com as manifestações e os conflitos sociais que tais cortes causarão”, afirma Antonio Luiz M. C. Costa, na *Carta Capital*.

Os Estados Unidos, epicentro da crise de 2007/8, também não nadam em águas tranquilas. A crise deixou 15 milhões de desempregados. Em julho de 2010, Obama preparava um novo pacote de incentivos à economia no valor de 200 bilhões de dólares, que serão somados aos 787 bilhões de 2009. Em maio de 2010, o *Bank of America* e o *Citigroup* tornaram públicos prejuízos bilionários que estavam escondidos. Quanto ao aspecto social, nem mesmo um modelo de saúde pública como o nosso SUS é aceito pelo regime. A reforma da saúde foi diluída, deixando milhões sem atendimento médico. Dentre estes milhões, muitos são latinos. “58% de todo o crescimento real de renda gerado entre 1976 e 2007 foi embolsado pelo 1% de famílias mais ricas. Na base da pirâmide, houve estagnação e queda dos salários reais, agravadas a partir de 2008 pela crise e pelo desemprego” (*C. Capital - ibidem*).

Aliás, o crescimento do número de filhos de imigrantes nascidos nos Estados Unidos é assunto de preocupação para as elites. Esse número poderá um dia ultrapassar o número dos legítimos filhos das “13 colônias” que povoaram o país ou

de filhos de imigrantes europeus? Se, nos EUA, os hispânicos estão sendo transformados no bode expiatório dos problemas nacionais, na Europa, sobre os muçulmanos - a força de trabalho menos assalariada - são jogadas muitas das culpas, devido à carga de preconceito a que são submetidos.

Paralelamente, em nome da sustentação do seu modelo político-econômico-militar, de forma acintosa e desafiando o bom senso e a inteligência mundial, os EUA utilizam-se do eufemismo da “guerra ao terrorismo” para justificar à opinião pública mundial a sua política de invasões do Iraque, Afeganistão e, agora, do Irã. De acordo com o Portal Vermelho, “o sistema de informações e espionagem do Estado já sugou mais de US\$ 1 trilhão dos cofres americanos. Cerca de 850 mil pessoas trabalham hoje para um sistema de espionagem e informação que foi ampliado a partir de 2001, em seguida aos ataques que destruíram as torres do World Trade Center em 11 de setembro daquele ano”.

É importante também apontar o avanço eleitoral da direita ultraconservadora americana, organizada no movimento “tea party”, que possui Sarah Palin como estrela e que se posiciona de forma preconceituosa contra imigrantes, muçulmanos, latinos e o Governo Obama; além do recrudescimento da violência do narcotráfico no México, que tem feito ataques diretos ao governo mexicano e promovido massacres no país, o que levou Hillary Clinton, apressadamente, a comparar a situação do México atual à Colômbia, antes do “apoio” dos Estados Unidos da América.

Nos primeiros dias do mês de agosto de 2010, à simples leitura do noticiário internacional, pôde-se constatar um quadro bastante “pesado” da expressão dessa prática política. Inclusive com previsões de uma guerra contra o Irã, para a qual seria arrastada a Coreia do Norte, país que detém a tecnologia nuclear. Isto sem, minimamente, considerar a política estadunidense de apoio ao governo de Israel contra o povo palestino. O recente incidente em águas internacionais no Mar Mediterrâneo entre forças de Israel e a tripulação dos navios humanitários que levavam suprimentos para a Faixa de Gaza reabriu a discussão sobre os conflitos na região. O Brasil, dentre outros países, repudiou o ataque. Contribuindo para esse clima, acabou de ser publicado um livro do editor da revista *Foreign Affairs*, Sasha Polakow-Suransky, que afirma que, em março de 1975, o então ministro da Defesa e hoje presidente de Israel, Shimon Peres, ofereceu ao regime racista sul-africano, mísseis Jericho com ogivas convencionais, químicas ou nucleares.

A Ásia tem os gigantes China e Índia como potências econômicas que compõem, com o Brasil e a Rússia, o “BRIC”, mas ainda com grande número de pobres. Na China, com 1,3 bilhão de habitantes, o número de indivíduos abaixo da linha da pobreza ainda beira os 12,5% de sua população total. Na Índia, há 645 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, quantidade superior à soma de todos os países da África subsaariana. Enquanto isso, as duas Coreias ainda estão se enfrentando. Soma-se à tensão desse quadro, a explosão de uma corveta sul-coreana na fronteira, em 26 de março deste

ano. A Coreia do Sul, juntamente com EUA, Austrália, Reino Unido e Suécia, diz que a explosão foi causada pela Coreia do Norte. Há controvérsias.

Na América Latina, por sua vez, sopram bons ventos. Mas nem sempre “o carnaval foi igual àquele que passou”. Há 200 anos as Américas espanhola e portuguesa começavam um longo processo de luta pela emancipação econômica e política. A primeira foi fragmentada em diversos estados nacionais, apesar de o sonho bolivariano (e, antes dele, o haitiano) ter sido de uma América livre e unida contra as pressões do capitalismo inglês e com muita desconfiança em relação aos “irmãos ao Norte do Rio Grande” (os Estados Unidos da América do Norte). Em pouco tempo (ainda ao longo do século XIX), a potência hegemônica dos dias atuais estendeu suas fronteiras e impediu uma recolonização das Américas do sul e central, mas, por outro lado, fez inúmeras intervenções³ nos negócios, na política e na vida dos jovens estados nacionais latino-americanos.

Os Estados Nacionais da América Latina (Nicarágua, Paraguai, Venezuela, Equador, Uruguai, Bolívia, Argentina e Brasil) são governados por dirigentes comprometidos, mesmo que em graus diferentes, com os anseios populares. Na definição do filósofo e pensador marxista Tariq Ali, não se trata de governos revolucionários, no sentido marxista da palavra. Trata-se de governos, quando muito, do tipo social-democrata reformista europeu. Mas não há dúvidas de que eles representam um avanço em relação à década de 1990, quando governos violentamente neoliberais provocaram

Antonio Rodrigues

2º vice-presidente do Sinpro-Rio



uma onda de miséria assustadora, mesmo para países acostumados com essa realidade.

Esta conjuntura na América do Sul permitiu que nações emergentes aumentassem seu espaço nas discussões diplomáticas mundiais. Neste cenário aparece o Brasil, atualmente o principal ator, inclusive como mediador de conflitos, que, em momentos de crise, ficou ao lado de Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador) e Manuel Zelaya (Honduras). Além da América Latina, onde o Brasil firmou-se como líder e mediador de conflitos, o país aumentou a sua presença em todo o mundo, com destaque para o acordo nuclear assinado entre Irã e Turquia - um passo importante no sentido de aplacar uma crise emergente no Oriente Médio, onde o Irã pesponta como herói ou vilão.

Apesar das enormes mazelas sociais, proliferam os governos progressistas que buscam, para nossos países, soluções que não estão nas cartilhas neoliberais. Entretanto, não se tem ainda um modelo de desenvolvimento alternativo consolidado que seja capaz de - nos marcos do sistema de livre mercado - apontar para a solução dos graves problemas sociais que afligem imensas parcelas de nossos povos. Um percentual pequeno de nossas populações atingiu um nível de renda altíssimo; as elites são capazes de consumir as mercadorias mais sofisticadas e tecnologicamente avançadas, mas grande parte da população ainda é carente dos mais elementares direitos humanos: o direito ao trabalho, à vida, à dignidade, à educação, ao acesso à alfabetização e à cultura em todas as suas vertentes.

Maria do Céu Carvalho

Diretora do Sinpro-Rio



A esquerda mundial, nela incluídos os sindicatos de trabalhadores como o **Sinpro-Rio**, através de suas representações regionais e nacionais como a Feteerj, a Contee e a CUT, deve debruçar-se sobre o panorama mundial e debater políticas que protejam os trabalhadores e respondam aos desafios que poderão ser colocados caso as previsões de uma crise de proporções catastróficas se concretizem. A história já nos ensinou sobre a possibilidade de o discurso conservador e fascista da direita ganhar eco nesses momentos de crise.

Como essa última crise atingiu a América Latina e o Brasil? Não foi um tsunami, mas talvez não tenha sido apenas uma “marolinha”, como disse o presidente Lula. Mas é fato que a economia estava mais preparada com a inversão do velho mote da ditadura: “Vamos fazer aumentar o bolo para depois dividi-lo”. As políticas de distribuição de renda, o aumento substantivo do salário mínimo, a negociação entre trabalhadores e empresários, entre funcionários e governo, permitiram o aumento dos ganhos reais do trabalho. Parcelas da população que estavam na classe de renda “D” ascenderam para a “C”. Trabalhadores e suas famílias, que mal ganhavam para a cesta básica, passaram a consumir melhores e mais diversificados alimentos, começaram a comprar outros eletrodomésticos e a demandar crédito em instituições financeiras, aqueceram o mercado e aumentaram a chamada classe média.

Mas muitas outras conquistas são necessárias para tornar a sociedade brasileira menos desigual e mais justa. Entre os investimentos fundamentais para qualquer sociedade em qualquer tempo e espaço temos a saúde e a educação. Sem saúde não podemos viver, trabalhar, produzir e consumir o mínimo para continuar sobrevivendo. Com saúde podemos estudar, aprender e nos aperfeiçoar para produzir mais e melhor, distribuir melhor e consumir mais adequadamente bens e serviços. Se a saúde é primordial, a educação é fundamental, pois sem ela nem podemos cuidar da saúde! É preciso conhecer as causas das doenças, os vetores de transmissão dos vírus, as condições propícias ao desenvolvimento das endemias e epidemias e saber como evitar essas condições, protegendo as comunidades. Uma educação básica de qualidade garante as condições de sobrevivência e o aperfeiçoamento das habilidades e capacidades não só de trabalho, mas de fruição dos bens culturais.

Nós, educadores, temos um papel fundamental na criação de uma sociedade mais justa, libertária, igualitária e fraternal, logo, na criação de um mundo melhor. As elites não são capazes de promover o bem estar coletivo porque pensam e agem de acordo com a lógica do capital, segundo a qual, para se reproduzir ampliadamente, é preciso extrair um valor maior do que o que remunera o trabalho. Durante séculos os ideólogos liberais, defensores do capitalismo (ou da economia de livre mercado, como dizem), não ousavam sequer chamar o sistema econômico de capitalista! A simples denominação já é indicativa dos seus críticos, que atribuem a criação do valor ao trabalho. O sistema capitalista cria, recria e amplia a acumulação do capital. O trabalho que fecunda a terra, transforma a matéria prima, ergue os edifícios, constrói as cidades, é preca-

rizado, mal remunerado. Isto conduz bilhões de seres humanos a assistirem, diariamente, a milhões de crianças, velhos e adultos morrerem de fome por absoluta falta de uma melhor distribuição da renda, da riqueza e das oportunidades.

O educador é um intelectual. E, como tal, não se cala diante das iniquidades; faz perguntas mais do que fornece respostas para os problemas, coloca os seus colegas e os seus alunos para pensar, julgar e agir. O professor, como educador e intelectual, é um promotor de discussões, um incentivador de ações que não se cala diante do saber domesticado, amansado. O conhecimento se faz através da destruição das velhas verdades já desgastadas que não servem mais para mover o mundo e com a ousadia da construção de novas teorias que nos aproximem da realidade concreta e imaginária. O homem é o único animal que pensa, que projeta, que é capaz de construir a partir de um modelo abstrato, que é capaz de produzir cultura. Mas também é um animal que mata sem precisar, que desmata, que destrói por esporte, que precisa acumular bilhões de reais ou dólares que nunca conseguirá gastar, numa avidez que o destrói como ser humano sensível e solidário com os outros de sua espécie.

Em quantas décadas superaremos os modelos político e econômico vigentes e a ganância das elites, que não querem pagar impostos, não querem ceder seus privilégios em proveito de direitos iguais para todos?

1.4 - Conjuntura econômica e política nacional

A crise de 2008 trouxe consequências para o mundo e o Brasil. Há muitas análises sobre a crise do *subprime*, que começou na grande potência hegemônica do capitalismo mundial e se espalhou pelo mundo. Os estados nacionais – os mesmos que se recusam a intervir na economia para diminuir o desemprego e para regular os mercados – não hesitaram em regar os bancos e os grandes monopólios privados com bilhões de dólares dos cofres públicos. Agora se fala, ainda que muito timidamente, em regular o mercado, controlar os bônus que os grandes dirigentes das megacorporações se autoconcedem e, sobretudo, controlar as mais loucas criações do mercado financeiro, que inventa “novos produtos” a cada dia para vender perspectivas de ganho fácil e rápido. A financeirização das economias nacionais tem sido, nas últimas décadas, o prenúncio de catástrofes sociais⁴.

1.4.1 - O fim do segundo Governo Lula e as perspectivas do novo governo

Milhares de opiniões, dados e análises já foram escritos sobre esses sete anos e meio do governo Lula. Muitas vezes sem o equilíbrio necessário para quem deseja realmente perceber os avanços na solução de problemas para a maioria da população e a consolidação de um projeto de desenvolvimento calcado não no princípio de “fazer o bolo – da riqueza nacional – crescer para depois dividir”, mas invertendo essa lógica perversa para o mote “dividir a renda para crescer de modo sustentado”.



André Jorge Marinho
Diretor do Sinpro-Rio

Muito se fala da herança dos governos de Fernando Henrique Cardoso, líder da aliança tucano-pefelista para o bem e para o mal. Dizem que a atual política econômica é continuação da anterior. Os programas sociais seriam também a continuidade do que FHC começou. Criticam a política externa por ser inadequada e o crescimento do crédito que tem possibilitado o surgimento de milhões de novos empregos. Como é impossível contrariar os números das estatísticas dos índices de desempenho econômico-social, surgem as críticas “qualitativas” do tipo: “mas os empregos não são qualificados”; “mas não se fez reforma agrária”; “mas continua a política de juros altos”... mas se as políticas beneficiam parcelas consideráveis dos mais pobres, os mais ricos também continuam a ser beneficiados.

Não vivemos numa sociedade capitalista? Como é possível o Executivo governar sem o apoio das alianças no Congresso Nacional e com os governos estaduais, e sem prestar contas ao Poder Judiciário? Como seria possível acelerar ainda mais o processo de distribuição da riqueza, da renda e das oportunidades? Não seriam necessários partidos progressistas fortes e com base social sólida? Não seriam necessários um alto nível de consciência política e uma forte organização da sociedade civil? Entre o mundo em que vivemos e o mundo que queremos existe uma distância que precisamos vencer. Maquiavel já escrevia, no século XVI, que “vai à ruína aquele que pensa como as coisas deveriam ser antes de vê-las como elas realmente são”. Precisamos partir da realidade concreta e do imaginário da população para, interagindo com a maioria dela, conseguirmos alcançar passo a passo os objetivos que podem ser alcançados a curto, médio e longos prazos. Há de

se ter um programa máximo e um mínimo, alianças das forças progressistas, estratégias e táticas adequadas que combinem a luta parlamentar e a luta no judiciário com as lutas sociais.

Os avanços deste governo podem ser pesquisados com farta documentação e estatísticas nas publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) - e ele apenas registra os fatos e dados da economia e da sociedade: o desemprego diminuiu, aumentou a renda do trabalho, melhorou a distribuição de renda, parcelas consideráveis da população ascenderam para a classe média. É pouco? Sim. Há ainda muitos problemas a resolver? Sim. Mas só insistindo na continuidade de um projeto democrático, popular e distributivista livraremos o país de tanta miséria, pobreza, doenças, violência, analfabetismo, baixa escolaridade, carência de mão de obra qualificada etc.

O nosso compromisso com as lutas sociais, com o movimento social e popular precisa ser intensificado, ainda mais nessa conjuntura de criminalização dos movimentos dos camponeses sem terra, dos sem teto, dos desempregados ou dos que conseguem sobreviver apenas com o emprego informal em atividades que beiram a ilegalidade. A maior violência não se origina nas comunidades mais pobres, ela vem dos abastados e gananciosos que não querem repartir a riqueza que acumularam, não querem pagar impostos, querem aumentar seus lucros e os seus juros a qualquer preço. Basta ler as páginas dos jornais para constatar que por trás do crime no varejo, acima dos executantes, em sua maioria jovens das periferias, existem redes de atravessadores constituídas por empresários com atividades legais que as utilizam como “fachadas” para atividades mais lucrativas, porém ilegais.

As políticas repressivas sobrepujam as políticas sociais e educacionais. Nosso modelo, infelizmente, é o dos EUA, onde existem dois milhões de presos e onde há um exército de mais de 800 mil homens e mulheres armados contratados por particulares ou empresas de vigilância. Os 50 milhões de despossuídos assolados por catástrofes como o furacão Katrina, assim como as populações marginalizadas no Brasil, precisam de fortes aparatos de segurança que os controle, enquanto as elites se refugiam em seus condomínios fechados e seus carros blindados. A inversão de prioridades precisa ser acentuada, aprofundada, e isso só acontecerá com forte pressão do movimento popular e sindical. Não há exemplo de grandes transformações no sentido da democratização, da melhor distribuição da riqueza, do respeito à diversidade, à liberdade sexual e de justiça para todos sem organização, mobilização e pressão social. O mito do “Salvador da Pátria” já devia estar enterrado.

Nossas atividades nas escolas e universidades estão no cerne do que alguns teóricos chamam de “aparelhos ideológicos” (e/ou hegemonia), que congregariam também os meios de comunicação de massa (rádios e canais de televisão) que estão muito concentrados e ocupados em tentar manipular a “opinião pública”; revistas semanais e jornais diários da cha-

mada grande imprensa, que também constituem um oligopólio poderoso e conservador; as igrejas (embora alguns padres e pastores sejam progressistas, a tendência das hierarquias eclesásticas é compor com o poder econômico e com as forças políticas mais conservadoras, na esperança de convencê-los a repartir o pão) etc.

Há um processo perverso que, a cada dia, forma com mais deficiências as novas gerações de professores. Os jovens que têm mais recursos têm possibilidade de acesso aos cursos das instituições públicas de Educação Superior e os que têm menos recursos são obrigados a ingressar nas faculdades, centros universitários e universidades particulares, que cobram cada vez mais mensalidades por menos serviços de qualidade. Essa perversidade se traduz na economia nos salários dos professores e no desrespeito aos direitos que a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e outras leis deveriam garantir.

A criação das Secretarias Especiais de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir), de Políticas para as Mulheres (SPMulheres), de Juventude e de Direitos Humanos com as suas respectivas pautas e ações, tratadas e desenvolvidas por essas secretarias especiais com status de Ministério, recortam e impactam de forma decisiva as políticas de educação, saúde, comunicação e também de meio ambiente.

No nosso caso, cabe pensar sobre como a educação sente e participa dos efeitos das políticas dessas secretarias especiais. O **Sinpro-Rio** atentou para essa “onda” e atua de forma sensível e progressiva de modo a absorvê-la e envolver a categoria. Podemos notar esse fato com a criação das Comissões Permanentes que este sindicato promoveu nesta gestão, mormente as de “Gênero e Etnia”, “Movimentos Sociais e Sindical” e “Condições de Trabalho e Saúde”.

Portanto, cabe agora, nas eleições gerais de 2010, o engajamento dos trabalhadores e do movimento social na luta pela continuidade e aprofundamento desse processo de transformação levado pelo governo Lula e apontar perspectivas para a consolidação de um governo popular com mais democracia participativa.

O Sindicato deverá produzir um documento que explique princípios em defesa de candidaturas situadas no campo progressista, consubstanciado na defesa de acúmulos e conquistas da classe trabalhadora, em favor da construção de um projeto de nação.

2. Conjuntura educacional brasileira: Conae e PNE

2.1 – Introdução

O avanço das políticas neoliberais sobre o campo da educação tem se intensificado no plano internacional, representado essencialmente pela reorientação da política educacio-

nal subordinada ao modelo econômico (Teoria do Capital Humano e Teoria do Capital Intelectual) e pelo controle externo do trabalho docente. A mercantilização da educação requer a padronização do processo pedagógico e a mutilação dos sentidos da docência e, em última instância, da formação humana. O que está em risco com a mercantilização, com a redução da formação humana à estratégia econômica, à formação para a adaptação à sociedade tal como ela se estrutura, não é somente a educação, mas a própria condição humana, o potencial transformador que um modelo de educação crítica deve valorizar.

Num contexto em que o “Novo Espírito do Capitalismo”⁵ consiste na desumanização, na diluição dos vínculos, nas relações pautadas pelo pragmatismo, na competitividade, nada mais adequado do que um modelo de educação pautado nesses valores. Assim sendo, a educação reduz-se a ensino e instrução. Nesse contexto, preconizado pelos donos do capital, onde as relações de trabalho produzem a “corrosão do caráter”⁶, é possível entender a função de um projeto de educação que abra mão de sua dimensão humana e social transformadora. Essa ética não comporta sujeitos plenos, criativos, autônomos, em suma: humanos.

A política educacional promovida pelos setores hegemônicos do capital mundializado tem se afirmado de modo “desigual e combinado” nos diversos espaços da economia global. A cada bloco regional, a cada país, a cada continente, o modelo de educação “útil” se ajusta a seu papel na divisão internacional do trabalho e da acumulação de riqueza. Exemplos dessa ofensiva são as imposições, a partir de organismos internacionais como a OCDE, Unesco e Preal⁷, de uma política de controle do desempenho escolar e do trabalho docente sob o pretexto de defesa da “qualidade”.

Essa qualidade, longe de pautar-se pela valorização do profissional da educação, tanto no que tange às condições de trabalho quanto à sua formação, desenha a caricatura de uma educação de baixa qualidade, responsabiliza o Estado e os trabalhadores da educação, alega ser o mercado o único capaz de formular, implementar e avaliar um modelo de ensino eficaz, investe contra a autonomia do trabalho pedagógico, atribui a culpa pelo fracasso escolar aos docentes, culpabiliza os planos de carreira que garantem remuneração e estabilidade pela inércia e sugere em seu lugar novos “critérios de desempenho”: a meritocracia.

O alvo dessa política, tal como tem acontecido em todos os setores do trabalho, são as entidades sindicais, é a dimensão coletiva e o potencial de crítica e luta representado pelo movimento social. Interessa a essa política fragilizar o trabalhador, isolando-o, pondo-o a perseguir solitariamente índices de desempenho que o tornarão merecedor de prêmios salariais. Especialistas em Sociologia do Trabalho identificam a chamada “crise sindical”, resultante justamente da substituição dos mecanismos coletivos de negociação por mecanismos internos às organizações e pautados pelo desempenho individual. O capitalismo contemporâneo atualiza a máxima *maquiaveliana*⁸ de “dividir para governar”.



Afonso Maria Furtado

1º Tesoureiro do Sinpro-Rio

Em todos os níveis de educação observa-se o “controle de qualidade”, seja por meio de consultorias que assumem a gestão pedagógica das instituições com a finalidade de maximizar os lucros ou o desempenho (ou melhor, aquilo que tais empresas consideram bom desempenho), seja por meio de parcerias com institutos e fundações privados que têm como missão “arrumar a casa”, impondo métodos, conteúdos e recursos educacionais pragmáticos e instrumentais. A avaliação externa e padronizada determinada pela OCDE e efetivada por institutos privados, no melhor estilo de regulação pelo mercado, é a prova de eficiência do sistema.

O trabalho docente padece da mesma precarização sofrida por outras categorias profissionais nas últimas décadas, resultando da articulação de fatores como: reestruturação produtiva (gestão do trabalho e técnicas de produção); assalto às conquistas históricas dos trabalhadores; controle de qualidade baseado na competitividade e em *rankings*; substituição de mecanismos coletivos de conquista de direitos por critérios individualizados, como aferição de competências ou desempenho; heteronomia.

A política educacional desenvolvida nos primeiros anos do neoliberalismo, incluindo as atuais Diretrizes, Parâmetros Curriculares ainda em vigor e o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) cuja vigência expira este ano, expressam as orientações de organismos internacionais, fazendo-se necessário proceder a uma profunda revisão.



Márcio Fialho
Diretor do Sinpro-Rio

Recentemente, a sociedade brasileira deu um passo significativo no sentido de reorientar a política educacional, com a realização da Conferência Nacional de Educação (Conae - 2010). Setores patronais, com exceção de alguns nichos, como o Sistema S⁹, mantiveram-se discretos na disputa ideológica em torno da Conferência, talvez por minimizar sua importância ou por não acreditar que chegaria a um documento final representativo de vários avanços, como a defesa do papel do Estado, a valorização do profissional da educação na gestão democrática de instituições tanto públicas quanto privadas ou mesmo a inclusão do setor privado no Sistema Nacional Articulado de Educação (SNE).

O novo desafio será a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020. Os setores patronais têm se mobilizado fortemente na intenção de interferir nesse processo, organizando seminários e reuniões nacionais para traçar suas propostas e o seu projeto de PNE a ser enviado ao Congresso.

2.2 - Educação Básica

A Educação Básica, ao contrário da Educação Superior, encontra-se concentrada no setor público. O percentual nacional de instituições privadas neste segmento é pequeno e dirigido a setores médios e altos da sociedade, em sua maioria, com exceção de instituições "comunitárias" ou conveniadas na Educação Infantil. Nos grandes centros urbanos há uma concentração maior de instituições privadas de Educação Básica e estas compõem a base dos "Sinpros", ou seja, dos sindicatos de professores e, em alguns casos, de trabalhadores em educação na rede privada no país.

Em âmbito local, o **Sinpro-Rio** tem como base o mu-

nicipio do Rio de Janeiro e Região, englobando os municípios de Itaguaí, Seropédica e Paracambi. No nível estadual somos filiados à Federação dos Trabalhadores em Educação no Estado do Rio de Janeiro (Feteerj)¹⁰. Nacionalmente nos organizamos, dentro do ramo educacional, na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (privado) (Contee)¹¹ - e, no sentido classista, na Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹².

Hoje nossa base está estimada em 40 mil professores, sendo 25 mil filiados ao **Sinpro-Rio**, com 18 mil em dia com suas contribuições. São mais de três mil estabelecimentos de ensino, sendo, aproximadamente, 2.780 cadastrados no sindicato. Este quadro, por si só, demonstra a complexidade da situação da categoria, espalhada pela cidade em três turnos, enfrentando três mil calendários, três mil projetos pedagógicos, quando estes existem, e tendo em comum apenas o baixo piso salarial.

Essa situação precisa ser revertida. É urgente a sensibilização da sociedade e a conscientização da categoria para a questão da regulamentação do setor privado. Reivindicações básicas tais como as das férias em janeiro, do calendário escolar unificado¹³, são rejeitadas pelo patronato local, com o aval do poder público, municipal e estadual, que alegam incompetência para tal regulação, mínima numa cidade que se pretende sede de torneios internacionais - Copa do Mundo e Olimpíada -, sem falar nos surtos epidêmicos, tal qual aconteceu com o vírus H1N1, em 2009, quando escolas municipais fecharam, estaduais ficaram abertas e as escolas particulares fizeram o que quiseram, ou seja, não houve o bom senso do consenso pelo bem comum; valeu a lógica do mercado.

Nesse contexto, o trabalho do professor, cuja composição de gênero, também ao contrário do que ocorre na Educação Superior, é majoritariamente feminino, caracteriza-se por super exploração, exigência de tarefas complementares não remuneradas, devassamento do tempo livre, particularmente pelo uso abusivo das novas tecnologias de comunicação e informação; naturalização de despesas com "decoração" de salas de aula, festas nos finais de semana, criação de bancos de horas etc. O número excessivo de alunos em sala de aula e a ausência de auxiliares de ensino, especialmente na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, acarretam danos ao processo pedagógico, impedindo tanto o acompanhamento dos processos cognitivos quanto a proximidade afetiva inerentes à relação professor-aluno.

Sucessivas políticas implantadas na rede pública sem o necessário aprofundamento e análise sobre sua pertinência (como a promoção automática e ciclos de ensino) desorientam o docente, que, posteriormente, se vê responsabilizado pelo fracasso de tais medidas. Essas políticas contrastam com a falta de regulamentação no setor privado, onde cada escola se constituiu em projeto particular. Esse quadro tem sido o responsável direto, nas últimas décadas, pela precarização das condições de trabalho, pelo rebaixamento salarial da categoria e ainda pelo seu adoecimento diante da falta de planejamentos

mínimos comuns, como um calendário escolar unificado que garanta ao professor, por exemplo, a concomitância das férias escolares em janeiro.

Além desses componentes, outro elemento contribui para a baixa remuneração da nossa categoria. Como já apontamos, nossa categoria é composta majoritariamente por mulheres e, para o capital, as mulheres trabalhadoras são concebidas como complementadoras da renda familiar. Assim, passam a receber menos que os homens, pois segundo essa lógica, cabe a eles sustentar a família. Essa situação, infelizmente, ainda é atual e precisa ser denunciada e combatida por todos os trabalhadores.

A questão salarial é dramática. Pisos inferiores a dois dígitos obrigam o professorado a trabalhar em mais de uma escola; dependendo do segmento, em até cinco ou seis escolas. Essa condição acarreta consequências nefastas para a vida do professor, observadas desde o adoecimento emocional até sequelas físicas, o que pode levar ao afastamento do trabalho, caso dramático no setor privado, ou mesmo à dependência de drogas lícitas ou ilícitas, ou até mesmo à morte precoce.

No tocante à política curricular, vemos a veiculação dos propósitos dos organismos hegemônicos internacionais. Os documentos oficiais da reforma da Educação Básica (Referenciais, Diretrizes e Parâmetros) - realizada no contexto da Reforma do Estado de Bresser Pereira e na gestão do ministro Paulo Renato, no MEC¹⁴ - têm como fundamento o determinismo tecnológico e a subordinação à “nova ordem mundial” ou “ao mundo que se globaliza”.

A renúncia ao questionamento preliminar na elaboração de um projeto pedagógico em torno de “Que aluno queremos formar e para que tipo de sociedade?” leva a crer que a condição de subordinação do sistema educacional está, não somente naturalizada, como assumida, quando o discurso educacional lança mão das definições já estabelecidas nas esferas político-econômicas dominantes. No que diz respeito a essas questões, a reforma é meramente constatativa: o mercado já definiu que aluno e para que sociedade precisamos formar. O educador, cuja preocupação inicial na elaboração de um projeto político-pedagógico é exatamente a indagação sobre esses pressupostos filosóficos, é evocado, quando muito, para tomar consciência de que necessita atualizar-se, aperfeiçoar-se para a adequada execução da política prescrita.

2.3 - Educação Superior

O setor privado abrange 90% das Instituições de Educação Superior (IES) do país e 75% das matrículas. Atualmente, 26% encontram-se em mãos de grandes grupos de investimento transnacionais que controlam grandes grupos educacionais (em sua maioria estrangeiros) que, por sua vez, exercem a gestão acadêmica das instituições, o que compromete a função social da educação e da ciência, acarretando graves distorções pedagógicas e danos ao trabalho docente.

No Governo Fernando Henrique Cardoso o setor privado beneficiou-se de políticas que lhe permitiram a expansão desordenada ao sabor dos interesses financeiros e a consolidação da atividade como negócio, com legislação educacional flexível a ponto de deixar grande margem para manipulação pelas forças do mercado.

No Governo Lula, particularmente desde 2004, o MEC vem intensificando as ações de controle sobre essa atividade, provocando, em contrapartida, uma reação agressiva dos empresários do ensino, caracterizada por iniciativas como a criação, em 2008, do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (também chamado Fórum da Livre Iniciativa). O Fórum reúne as diversas entidades empresariais do setor e já realizou três grandes congressos (2008, em Porto de Galinhas - PE; 2009, em Araxá - MG; e 2010, em Florianópolis - SC). Tais congressos têm resultado em cartas de intenções dirigidas ao MEC, ao Parlamento e à sociedade. O principal ponto de reivindicação é a criação de uma agência reguladora do setor nas mãos da “sociedade civil”, ou seja, de entidades como a ABMES¹⁵, o Fórum da Livre Iniciativa etc. Especificamente na Carta de Florianópolis, o Fórum inclui a demanda de retirar do MEC o controle e regulamentação, deslocando-o para outros ministérios mais vinculados historicamente ao mercado, como o MDIC¹⁶. Destaca-se ainda a articulação da Frente Parlamentar em defesa da Educação Superior Privada, contando com o apoio declarado de 214 membros do Congresso Nacional, presidida pelo deputado João Matos (PMDB-SC).

O tensionamento das relações entre o Estado brasileiro e os empresários do setor tem tido momentos significativos, como a tentativa, em 2004/2005, de controle, por parte do MEC, das atividades de Pós-graduação *Lato sensu*, segmento mercantilizado em sua quase totalidade, seja na oferta própria pelas IES, seja pelos convênios com empresas, seja na modalidade de parcerias e de universidades corporativas, que já ultrapassam, no Brasil, o número de 200, orientadas pelo mercado e sem controle pelo Estado. Em que pese à iniciativa de retomar a função de acreditação da Pós-graduação *Lato sensu*, liberalizada na gestão Paulo Renato, o MEC ainda não logrou êxito nesse campo. Na ocasião, em 2005, o Ministério percebeu que não era possível criar o banco de dados sobre o *Lato sensu*, nem mesmo retomar a prática anterior ao Governo FHC, de credenciamento prévio, ou seja, era impossível ao MEC saber quantos e quais são os cursos de Pós-graduação *Lato sensu* no país. O que se vê ainda é uma indústria de cursos de pós-graduação abertos e mantidos sem qualquer controle por parte do Estado, como fonte de receita. O único momento de “controle” é por ocasião do recredenciamento da IES, quando o curso é verificado - *a posteriori* - e com todos os ônus de “reprovação” tardia de tais cursos.

Se no âmbito da Pós-graduação o MEC enfrenta essa dificuldade, na esfera da graduação empreende significativas vitórias, como a criação do Conaes e do Sinaes¹⁷. O rigor na avaliação dos cursos e IES tem sido intensificado. O controle e exigência de condições pedagógicas como o Núcleo Docente Estruturante, os polos de EAD etc., vêm acarretando um con-



Ana Lúcia Guimarães
Diretora do Sinpro-Rio

tra-ataque pelo “mercado”, que, com o apoio da Frente Parlamentar, ensaia produzir medidas políticas, legais e jurídicas que protejam seus negócios do controle pelo Estado. Por outro lado, a criação da Comissão de Acompanhamento e Controle Social do Prouni, Conap - a nova lei da filantropia, reservando ao MEC o acompanhamento e a certificação das filantrópicas, assim como o Fies¹⁸, indicam avanços nesse campo, embora ainda haja necessidade de outros.

Ainda no âmbito da graduação, um grave problema se situa na modalidade dos cursos superiores tecnológicos: além de sua concepção instrumental e anticientífica de origem, tem sido adotada preferencialmente pelo setor privado por seu caráter de aligeiramento, flexibilidade para abertura e fechamento de turmas e cursos ao sabor do mercado, desobrigando a instituição da manutenção de vínculos, gerando instabilidade docente.

Outro ponto frágil é a manutenção da Portaria 4.059/2004, que permite que 20% da carga horária dos cursos presenciais sejam oferecidos na modalidade EAD, acarretando cortes no corpo docente, diminuição da carga horária e, conseqüentemente, da remuneração, além de danos ao processo ensino-aprendizagem.

De modo geral, a demasiada flexibilidade e lacunas nos currículos dos cursos superiores têm favorecido o empresariado do setor na afirmação da lógica de mercado. O processo de mercantilização e internacionalização, que encontrou no governo FHC terreno favorável, não é um fenômeno específico de nossa sociedade, situando-se na lógica neoliberal que, na década de 2000, tem seguido as tendências da OMC/GATS¹⁹. Esse processo caracteriza-se pela abertura de capital, fusões de IES, aquisições por grandes grupos e adoção de mecanismos empresariais de gestão.

A internacionalização envolve muito mais do que a entrada de capital estrangeiro. Ao transformarem-se em empresas com fins lucrativos e lançarem suas ações no mercado de capitais, as IES subordinam suas atividades à lógica de valorização do capital financeiro. Temos em atuação, no Brasil, alguns grupos de capital transnacional, alguns de origem brasileira, mas que não diferem em métodos de origem estrangeira. Exemplos de grupos de investimento: GP Investimentos, Citibank, Apollo, Itaú e Banco Pátria. Tais grupos controlam os principais grupos educacionais: Estácio S.A., Unip, Anhangueira, Kroton, Laureate, Uninove, SEB, Universo, Anima, Uniban, IBMEC, Mauricio de Nassau, CCI, Strayer, ITT, Devry etc. Desses, seis são sediados fora do país: Laureate, CCI, Strayer, ITT, Devry e SEB²⁰. Dos cinco maiores grupos educacionais que atuam no Brasil (Estácio S.A., Unip, Anhangueira, Kroton e Laureate), quatro estão nas mãos do capital financeiro. Há no mercado, segundo a Hoper Educacional, US\$2,5 bilhões disponíveis para novos investimentos no setor.

A padronização acadêmica e gerencial ocorre a partir de grandes empresas transnacionais de consultoria. As duas mais atuantes no Brasil são a Hoper (sediada no Brasil e com atuação transnacional) e a Sungard (norte-americana). O princípio da meritocracia implantado na gestão das IES rompe com o caráter coletivo e com o compromisso social da produção científica e da formação humana. Avança sobre os mecanismos coletivos de organização dos trabalhadores em educação, como critérios de qualificação e planos de carreira, a serem substituídos por remuneração variável por desempenho e certificação provisória pelo mercado.

2.4 – A importância da docência como projeto de transformação social

2.4.1 - Introdução

Dentre os diferentes impasses que se colocam à educação como caminho de mudanças estruturais, a questão da docência vinculada à ideia de estruturação de um projeto profissional é destacada como algo basilar, especialmente pelo que repercute em cadeia na possibilidade de visões de futuro de crianças, jovens e adultos. Esse argumento chama atenção para as condições de trabalho e saúde dos professores e para a importância da manutenção da docência como projeto profissional de sujeitos que estão absolutamente ligados a qualquer ideia de construção de futuro da sociedade.

Os professores, embora não constituam um grupo homogêneo, se veem impactados pela crise sem precedentes que assola o sistema educacional como um todo nas últimas décadas. Esse fenômeno é entendido como uma das reverberações dos processos de macro transformações contemporâneas, como a vertiginosa reordenação do processo de automação em nível global e a supressão de conquistas sociais, concorrendo para o estabelecimento de uma estrutura produtiva que implica uma política de reestruturação das carreiras profissionais. Essa reestruturação é vastamente retratada por cenários sociais de crescente flexibilização das relações laborais e de precarização

e vulnerabilidade nas formas de vinculação, na qual o signo do provisório altera os fluxos de permanência e continuidade não apenas dos sujeitos, mas também das instituições.

A reflexão sobre esses impactos e seus desdobramentos se mostra necessária, uma vez que esses processos vêm alterando a maneira como os professores interpretam a realidade, as temporalidades próprias que orientam as suas escolhas, posturas e perspectivas de realizações, assim como a valorização e o reconhecimento externos atribuídos ao trabalho docente. Diante de movimentos descontínuos ou com reduzida previsão de continuidade, muitas vezes, o exercício da docência se transforma em fragmentados percursos biográficos, alterando as possibilidades de construção de si e o equilíbrio de estados emocionais e físicos dos professores.

2.4.2 - Relevância de se pensar as condições de trabalho e saúde dos professores

A preocupação com o projeto de futuro dos professores segue uma tendência mais ampla de estudos e pesquisas realizados em diferentes países que, desde os anos 1980, verificam um crescente comprometimento com a saúde do professor, correlacionado diretamente à organização e às relações atuais de trabalho. Em diferentes enfoques, a produção do saber nessa área aponta para temas gerais como: perdas salariais e expressiva mudança no padrão de vida dos docentes, condições de trabalho precarizadas em meio ao risco do desemprego e consequente exclusão social. Temas específicos também são destacados como fontes de abalos à saúde física e emocional dos docentes: excesso de atividades, jornada de trabalho exaustiva, relacionamento conflituoso e pressão de alunos, pais, chefias e colegas²¹.

A essas problemáticas soma-se uma progressiva ausência de reconhecimento por meio de diferentes discursos sociais (alunos, pais, instituições de ensino, políticas públicas e mídia). O agravamento dessa situação tem mobilizado o **Sinpro-Rio**, que vem alertando para as consequências desse processo, afirmando que “quando a saúde do professor está ameaçada é a educação que adoecer”²².

Muitos professores pensam constantemente em abandonar a profissão, abalados pela desmotivação, por doenças provenientes da atividade laboral, pelo excesso de trabalho, pelos baixos salários, pela dificuldade de relacionamento com os alunos (indisciplina, desrespeito e agressividade), pela violência, pela falta de compromisso dos pais com a vida escolar do seu filho, pela pouca autonomia no planejamento das atividades, pelo assédio moral por parte da direção da escola e/ou por parte dos alunos e pais, pela falta de oportunidades de promoção na carreira, pelo ritmo acelerado de trabalho e pela falta de reconhecimento das instituições escolares e da sociedade.

O reflexo do adoecimento e/ou do não reconhecimento do professor é a queda na qualidade da educação, a qual está diretamente impactada pela diminuição da produtividade,

pelos faltas ao trabalho, pelas sucessivas licenças-saúde, pela visão depreciativa, pelo abandono da profissão e por uma geração inteira de jovens que não desejam ser professores, o que pode comprometer o futuro da docência em nosso país.

A síndrome de Burnout²³ é a cronificação do processo de estresse laboral que acomete principalmente profissionais relacionados à assistência como professores, profissionais de saúde, policiais, bombeiros etc. A palavra Burnout, nesse caso, é usada para designar algo que deixou de funcionar por exaustão de energia. O surgimento da síndrome é paulatino, cumulativo e tem progressiva severidade. Sua evolução pode levar anos. A síndrome de Burnout é uma das patologias pelas quais o professor pode ser acometido. Entretanto, ele pode desenvolver alguns sintomas, já que é ampla a gama de características que a compreendem, e não ter a doença. Só o médico ou psicoterapeuta pode proceder ao diagnóstico e indicar o tratamento adequado²⁴. Burnout é uma lacuna entre esforço e recompensa e ocorre quando o professor sente que seus esforços não são proporcionais às recompensas obtidas e que futuros esforços não serão justificados ou suportados. Professores idealistas em relação ao trabalho e à organização são mais vulneráveis ao surgimento do Burnout, pois se envolvem intensamente com suas atividades, sentindo-se desapontados quando não recompensados por seus esforços²⁵.

É importante, neste momento, pontuar que esse conjunto de reflexões tem origem na problematização crítica de que o projeto profissional – dos professores, assim como de qualquer sujeito – possa manter-se orientado por imperativos de racionalização, antecipação e adaptação em face das incertezas e imprevisibilidades do contemporâneo. Também se deve enfatizar que, diante de um futuro que parece nebuloso e que reflete a imprecisão do próprio presente, o projeto profissional para os professores não deva ser entendido como exercício de antecipação racional ou previsão ingênua de acontecimentos, dissociado das condições sociais, políticas e históricas que o engendram. Entendemos então que o projeto de vida dos docentes se localiza em um contexto que ultrapassa os muros das escolas e aponta para a necessidade da revalorização da reflexão coletiva acerca dos condicionantes social e político presentes nas ações do sindicato através da divulgação e conscientização da categoria, numa busca incessante para expurgar a alienação do cotidiano do professor/trabalhador.

2.4.3 - Condições para a docência como projeto de vida

As problemáticas referentes ao mundo do trabalho descritas anteriormente foram incrementadas pela experiência acumulada ao longo dos anos pelo **Sinpro-Rio**, onde, dentre outros aspectos, se fazem notar, em linhas gerais, constrangimentos e reduções quanto à autonomia, autoestima e capacidade de realização dos docentes, além do adoecimento físico propriamente dito. Tudo isso torna ainda mais audaciosas e necessárias a bandeira e as propostas do Sindicato quanto ao restabelecimento das condições de trabalho e saúde da categoria. Isso exige a adoção de novos pontos referenciais que atribuam um significado não con-

vencional para o projeto de vida dos professores enquanto forma de ação no mundo.

As circunstâncias em que se dá essa ação, mais do que os atributos individuais do sujeito agente, determinam o sentido que se atribui a esse “agir”. Dessa forma, o projeto profissional para os professores não deve se orientar unicamente por referências topológicas quanto ao delineamento de suas trajetórias, como algo independente das circunstâncias de sua efetivação. Deve sim ser reconhecido como uma ação influenciada por um agir coletivo, como o proposto por seu sindicato e por ele determinado, e que, por sua vez, é responsável pelo desencadeamento de novas e transformadoras interações humanas.

2.4.4 - Projeto de docência como ação no mundo

A proposta de um projeto profissional para os professores, como possibilidade de correlacionar formas de pensar a docência alinhada às perspectivas de participação e transformação social, aproxima-se das ações de análise que promovam:

1. o levantamento do conjunto de seus conhecimentos, experiências, competências e do que pretenda complementar, atualizar e desenvolver;

2. a interpretação dos contextos (econômico, social, produtivo, cultural) em que se insere, buscando o entendimento

Magna Corrêa

Diretora do Sinpro-Rio



histórico dos processos de produção do mal-estar no trabalho, a desnaturalização dos acontecimentos e a apreensão do jogo de forças que delineiam a realidade;

3. a investigação e atualização das suas redes sociais de pertencimento e de interinfluência, nas quais se encontram envolvidos, como possibilidade de restaurar a interlocução e a dimensão coletiva do trabalho, rompendo com o isolamento da sala de aula;

4. a reflexão sobre os diferentes *atravessamentos* para a realização do projeto profissional, tais como: a) *racionalidade biomédica* (quando o biopoder ambiciona medicalizar a existência); b) *individualismo* (com a clausura da privatização dos eventos cotidianos em que sucesso e fracasso são da responsabilidade dos sujeitos, assim como o consequente “estresse profissional”); c) *mercado* (quando mobilizado pelos processos de competição onde os valores da empresa devem ser assimilados como valores do próprio sujeito); d) *mídia* (ao polarizar as questões entre professores, alunos e escola, pasteuriza as condições para se verificar de onde emergem os conflitos entre esses atores);

5. a projeção de etapas de um projeto profissional como ferramenta de mediação e reflexão que organiza e confere uma maior compreensão sobre as ações presentes e cotidianas.

A proposta de projeto profissional apresentada pela campanha de saúde do sindicato como forma de interlocução dos professores com o futuro se apresenta aqui, não apenas como prática de resignificação da docência, mas também, como já foi pontuado, como uma “outra via” frente à condição de adoecimento e desistência, uma vez aliada ao incremento das possibilidades de ação no mundo, que passa necessariamente pela restauração da dimensão coletiva do trabalho com o restabelecimento do sentimento de pertencimento a uma categoria e classe.

2.5 - Campanha “Condições de Trabalho e Saúde do Professor” do Sinpro-Rio

Ao longo dos anos, o Sinpro-Rio percebeu, através das queixas e relatos dos professores, uma série de fatores que propiciavam uma vulnerabilidade maior desses profissionais ao adoecimento. Sendo assim, este sindicato sentiu a necessidade de realizar uma campanha que trabalhasse por melhores condições de trabalho e que pudesse atuar também escutando, informando, estabelecendo diálogos e trocas com os docentes e, consequentemente, favorecendo a prevenção e o cuidado com a saúde deles.

Esta frente de trabalho teve início com a “Campanha da Voz” e continuou com uma série de ações; entre elas, a criação da “Oficina de Saúde Emocional do Professor”, que compreende um encontro de cerca de uma hora e trinta minutos de duração para grupos de 10 a 20 professores, com dois psicólogos, que vão até as escolas por meio de visitas previamente agendadas, para a realização de dinâmicas, uma minipalestra e diálogos a respeito das vivências, dificuldades e possibilidades dos docentes.

Através das oficinas já realizadas, constatamos que as principais questões apresentadas pelos professores foram: a desvalorização social da profissão; a falta de responsabilidade dos pais na educação de seus filhos; o pouco respeito dos alunos diante de colegas, professores e funcionários; a necessidade constante de aperfeiçoamento profissional; e o estresse vivenciado por muitos docentes. Muitos profissionais puderam compartilhar seus sentimentos e perceber que várias situações vividas por eles também aconteciam com seus colegas. O medo de o professor se expor na instituição de ensino faz com que, em geral, os problemas não sejam falados e escutados, gerando mais angústia e privatizando seu sofrimento, isto é, a sensação que o docente tem é que só ele vivencia seu trabalho de forma negativa.

Em todas as instituições de ensino onde as oficinas foram realizadas, os professores demonstraram satisfação em participar do trabalho e, em muitos casos, pediram que houvesse outras realizações desse tipo. Esta relação mais próxima do **Sinpro-Rio** com as escolas e os docentes é importante porque também possibilita a formulação de propostas que contribuam para a saúde do professor refletindo no aprimoramento da educação, pois quando o professor adoece todos perdem: a escola, os alunos, a educação e o país.

3. A sustentação financeira e o aperfeiçoamento da nossa organização e ação sindical

3.1 - Introdução

Nunca será demais dizer que as contribuições vertidas por associados e não associados ao **Sinpro-Rio** são de suma importância, por constituírem a base da sustentação financeira do Sindicato, independentemente dos métodos de gestão.

Existem três tipos de contribuição aos sindicatos, que se classificam segundo as modalidades de autorização para o seu recolhimento aos cofres das entidades sindicais:

- a) as contribuições legais;
- b) as contribuições estatutárias (institucionais);
- c) as contribuições meramente espontâneas.

São contribuições legais: a contribuição sindical e a contribuição para custeio do sistema confederativo (Art. 8º da CF).

As contribuições fixadas no estatuto não deixam de ter natureza obrigatória, principalmente para os associados, por conta da autorização disposta no Art. 8º da CF, que assegura a autonomia administrativa dos sindicatos. Essas contribuições normalmente estão vinculadas aos associados. Contudo, julgamos que não existe impeditivo para que sejam fixadas nas assembleias de professores, incluindo os não associados,

reforçando a sua estipulação através de previsão estatutária, para o exercício da representação da categoria profissional. Temos como exemplo as contribuições sociais, vinculadas diretamente ao processo de filiação sindical, e as contribuições assistenciais, estipuladas nas assembleias que autorizam a representação sindical nas negociações coletivas de trabalho. As contribuições espontâneas seriam as doações ou legados.

A contribuição sindical está prevista na CLT, nos artigos 548 a 578, destacando-se o repasse para a União, confederações e centrais sindicais. Por dispensar autorização, assumem natureza tributária, sendo, por isso, também chamadas de imposto sindical. A contribuição para custeio do sistema confederativo prevista na Constituição Federal (art. 8º, IV) foi criada para substituir a contribuição sindical. Vincula a autorização à assembleia, sendo devida pelos associados e não associados.

As contribuições assistenciais (devidas por filiados e não filiados) existem para manutenção da obrigação de prestar assistência à categoria - sindicalizada ou não. Esse tipo de contribuição está indiretamente prevista na CLT, quando, no seu art. 462, estabelece que fica autorizado o desconto no salário de contribuições previstas nos contratos coletivos (acordos e convenções coletivas), desde que não haja oposição. Há a necessidade, pois, da autorização individual ou por assembleia da categoria profissional.

A contribuição social dos filiados - mensalidades e anuidades sociais - está prevista no Art. 548, "b", 513 da CLT.

Outras contribuições (CLT - Art. 513, "e" - possibilidade de impor contribuições aos associados) podem ser estabelecidas desde que, de igual forma, seja garantido o direito de oposição. O direito de oposição ou autorização para as contribuições estabelecidas pelas assembleias está consignado na CLT, no seu art. 545, parágrafo único, sendo de, no mínimo, 10 dias o prazo para manifestações contrárias.

O **Sinpro-Rio**, atualmente, recolhe a contribuição sindical, as contribuições sociais, que são as únicas com previsão estatutária, e as contribuições assistenciais fixadas nas assembleias convocadas no processo de negociação coletiva de data-base. Outras formas de contribuição são também recebidas pelo sindicato e decorrem da sua atuação no exercício da assistência jurídica. Resultam dos pactos firmados com os advogados contratados.

Nesses pactos, o **Sinpro-Rio** e advogados estabelecem o repasse de parte dos honorários advocatícios recebidos na hipótese da condenação em sucumbência ou "êxito". As contribuições para custeio desse tipo de atividade assumem, pela ausência de previsão em estatuto ou em contrato, a natureza de contribuição espontânea.

É hora de o **Sinpro-Rio**, a nosso ver, começar a incorporar alguns tipos de contribuição no seu estatuto, retirando, de certa forma, um pouco da característica da autonomia e

ausência do traço de recolhimento compulsório, abrindo-se uma seção específica sobre sustentação financeira do **Sinpro-Rio**. Isto porque existem despesas que oneram a entidade sindical, mas são necessárias à consecução de seus objetivos e finalidades. Dentre elas, a assistência jurídica e judicial aos associados, podendo ser estendida, em casos excepcionais, aos não sócios. Essas despesas podem e devem ser contempladas num sistema de autofinanciamento ou autossustentação financeira, como no caso das ações individuais e coletivas propostas pelos professores.

No entanto, a inserção em estatuto depende de reforma estatutária, que somente poderá ser decidida em assembleia convocada para este fim na forma prevista no estatuto em vigor.

3.2 – Sobre a questão financeira no fórum de reforma sindical – da possibilidade do fim do imposto sindical

Por sua vez, num processo de reforma estatutária, temos outras questões que estão sendo atualmente discutidas no movimento sindical. São assuntos que merecem enfoque especial, principalmente porque tendem a eliminar a contribuição sindical, incentivados, notadamente, pela previsão da contribuição do sistema confederativo previsto no Art. 8º da CF.

Hélcio Alvim Filho
Diretor do Sinpro-Rio



Na discussão sobre reforma sindical, a questão da sustentação financeira da organização sindical dos trabalhadores assume algumas vertentes. A primeira é no sentido da manutenção da contribuição associativa como prerrogativa das entidades sindicais de qualquer nível e âmbito de representação, com valor em assembleia ou conselho, segundo o princípio da razoabilidade. A segunda é a da Contribuição Negocial com periodicidade anual, vinculada à negociação coletiva, devendo ser recolhida de todos os trabalhadores beneficiados por acordo coletivo, independentemente de filiação sindical.

A Contribuição Negocial, na forma apresentada como proposta no fórum sobre reforma sindical, seria obrigatoriamente aprovada na assembleia dos trabalhadores da base de representação do sindicato amplamente convocada. Os valores pagos pelos trabalhadores a título de Contribuição Negocial não poderiam ultrapassar 1% do valor da remuneração líquida recebida no ano anterior, que seria pago em no mínimo 3 (três) parcelas mensais a partir do mês abril. Para fins de cálculo da Contribuição Negocial, seriam deduzidos os valores pagos ao INSS, Imposto de Renda e as deduções referentes a benefícios (transporte, vale-refeição, plano de saúde, previdência complementar). Os recursos provenientes da Contribuição Negocial seriam destinados ao custeio dos sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais e do Fundo Solidário de Promoção Sindical, devendo ser fixados em lei os percentuais correspondentes a cada nível de representação e ao Fundo.

O Conselho Nacional de Relações do Trabalho, segundo a proposta, ainda teria o prazo de 120 (cento e vinte) dias após a vigência da nova legislação para preparar proposta sobre procedimento de cobrança e comprovação do repasse dos valores da Contribuição Negocial, para aprovação por ato do Poder Executivo.

Havendo o recolhimento da Contribuição Negocial por uma entidade sindical, independentemente de seu nível de representação, seria obrigatório o repasse do percentual destinado aos demais níveis de representação, para o custeio de toda a estrutura organizativa à qual está vinculada a entidade que obteve o direito de recolhimento. O recolhimento da Contribuição Negocial seria feito em folha de pagamento, garantindo-se automaticamente o repasse para cada nível de representação sindical, conforme a atual sistemática de recolhimento e repasse da Contribuição Sindical (Imposto Sindical). Com a instituição da Contribuição Negocial, proposta pelo próprio fórum de reforma sindical e trabalhista, haveria a extinção da Contribuição Sindical (Imposto Sindical) e das contribuições Confederativa e Assistencial.

Daí que pensamos que as entidades sindicais devem se preparar para a inexorável possibilidade de extinção da contribuição sindical, hoje, principal fonte de custeio dos sindicatos, iniciando uma etapa de profunda discussão sobre a participação direta dos trabalhadores nas atividades assistenciais prestadas e de representação e que, na prática, compõem o maior nível de despesas assumidas por essas entidades.

3.3 – Propostas

O aprofundamento desse debate e a possibilidade de inserção de regras de sustentação financeira do **Sinpro-Rio** no seu estatuto não devem significar, contudo, impedimento para que algumas medidas mais urgentes sejam adotadas, e que deverão ser levadas às assembleias já previstas estatutariamente.

3.4 - Planejamento Estratégico Coletivo

Por que planejar estratégica e coletivamente? Os recursos financeiros, materiais e humanos são finitos e, em geral, não são suficientes para suprir todas as necessidades de nosso sindicato, devido à quantidade e diversidade de nossa categoria, espalhada em diversos pontos dos quatro municípios da base territorial do **Sinpro-Rio**: Rio de Janeiro, Itaguaí, Paracambi e Seropédica.

Não se trata de fazer um exercício de Planejamento Estratégico Coletivo e, após a discussão dos problemas e das suas relações unívocas ou biunívocas, chegarmos a um consenso de qual deveremos enfrentar inicialmente, estabelecendo objetivos e algumas metas a serem alcançadas. Mais do que apenas discutir e eleger os problemas e como resolvê-los de forma compartilhada, é preciso criar uma cultura de planejamento e adotar, de forma profissional (eficaz, eficiente e efetiva), métodos capazes de racionalizar, de forma mais aproveitável, a utilização dos recursos que nossa entidade conseguiu acumular na sua luta em prol da nossa categoria.

O crescimento do **Sinpro-Rio**, com os recursos arrecadados ao longo de várias décadas em conjunturas econômico-financeiras distintas das atuais, permitiu a ousadia da criação de sedes e de uma estrutura para atender melhor um número crescente de professores que buscavam o apoio do sindicato para suas demandas, que eram mais estimuladas na medida em que o sindicato conseguiu multiplicar suas ações para além das campanhas salariais, atendendo por suas campanhas (Campanha da Voz, Campanha Saúde do Professor), departamentos (Jurídico, Escola do Professor, Copap, SindTur) e eventos (debates, seminários, eventos artísticos e culturais), um número cada dia maior de participantes.

Alguns descompassos, na medida em que foram constatados, começaram a ser corrigidos e precisam ser evitados com um esforço coletivo maior. Conhecer melhor a “máquina”, compatibilizar as expectativas da categoria com uma atuação contínua e profunda, visando a aproximar o sindicato dos docentes dos diversos segmentos, contribuir para a elevação do nível de consciência e organização dos trabalhos da educação por local de trabalho.

Há vários métodos de Planejamento Estratégico Coletivo. Criados ao longo das quatro últimas décadas do século XX, eles foram amplamente adotados por organizações comprometidas com as grandes mudanças sociais e econômicas. Um exemplo histórico de Planejamento Estratégico Coletivo é

o criado por Carlos Matus para o governo da Unidade Popular no Chile, de Salvador Allende. Depois do golpe militar que acabou com aquela rica experiência de alternativa socialista e com a vida do presidente Salvador Allende, o seu criador foi para a Venezuela, onde se tornou ministro da Saúde e implementou o seu método.

Como há vários métodos de planejamento e várias técnicas que permitem a discussão dos problemas - e a busca consensual daquele que deve ser tratado primeiro, gerando um objetivo central - em geral, busca-se fazer uma adaptação de um ou vários métodos e técnicas a cada realidade concreta.

José Paulo Netto é autor do artigo “O déficit da esquerda é organizacional”, publicado em 13 de julho de 2010 no jornal da ADUFRJ (pp. 9 e 10). A tese que ele defende é que as esquerdas vinculadas à tradição marxista não vivem uma “crise teórica”, mas um “déficit de organização política”. Vive-se hoje uma crise societária. A economia de mercado esgarçou as relações sociais; de crise em crise as sociedades foram levadas a acreditar no “fim dos Estados nacionais”, no “fim do emprego”, na ideia de que o “crescimento econômico além de um certo percentual seria danoso à sociedade, acarretando perdas irreversíveis” e na “auto-regulação do mercado”. Multiplicam-se as análises que contrapõem o capitalismo à democracia e alguns autores devem ser aqui considerados²⁶. Portanto, não há um modelo pronto para o **Sinpro-Rio**.

3.5 – Orçamento Participativo

Nas últimas décadas, prefeituras, órgãos públicos e entidades dos movimentos populares e sindicais têm discutido e desenvolvido práticas coletivas como meio de aumentar o compromisso dos seus dirigentes, funcionários e militantes com a melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis. Sem abdicar da estrutura hierarquizada do Estado ou das organizações da sociedade civil que são dirigidas por representantes eleitos por seus pares, um número crescente de organizações optaram pela elaboração coletiva de seus orçamentos.

Os Conselhos de Orçamento podem ter caráter deliberativo ou consultivo. Esses orçamentos participativos podem gerir todo ou parte do orçamento previsto para o próximo exercício de uma gestão. Trata-se da descentralização do processo decisório e de um envolvimento dos participantes de uma organização na discussão de suas prioridades, seus objetivos e os projetos que devem ser elaborados e executados com a melhor utilização de recursos humanos, materiais e financeiros. O orçamento participativo é mais compatível com a elaboração e execução de projetos orientados para objetivos, especialmente os que garantem a participação coletiva e estratégica: os planejamentos estratégicos coletivos. Neste sentido, a Diretoria do **Sinpro-Rio** deverá pautar um seminário, ainda no ano de 2010, com vistas à construção de uma proposta de orçamento participativo.

4. Mudança estatutária

4.1 – Considerações iniciais

Desde a retomada da democracia e do restabelecimento do estado de direito no Brasil, marcados pela realização de eleições presidenciais diretas e convocação da Assembleia Nacional Constituinte, florescem diferentes teses sobre liberdade e autonomia sindicais, competindo aos trabalhadores e empresários definirem sua organização em associações e sindicatos, observados os princípios e as limitações impostas pelo art. 8º da Constituição Federal. Os estatutos dessas entidades, nesse contexto, ganharam enorme importância como um conjunto de normas conformadoras e disciplinadoras da representação que lhes é conferida, hoje, constitucionalmente.

Nos estatutos sindicais estão instituídas as prerrogativas, regras de conduta, direitos e deveres que deverão ser cumpridos no exercício da representação, instâncias diretivas e regulamentação das relações mantidas entre representantes e representados (filiação ou não).

Julgamos que, neste século, as questões associativas, dentre elas as que versam sobre a estruturação e papel dos sindicatos, passam por uma fase de intenso amadurecimento, sendo reflexo direto da evolução e atual estágio das relações “capital X trabalho”, aqui e num mundo pautado por uma economia globalizada.

Falar em revisão do estatuto de um sindicato significa, em síntese, discutir a sua própria reestruturação, tanto do ponto de vista institucional como organizativo, bem como a sua inserção no tecido social, com seus pontos convergentes, conflitos e diversidades. A história recente nos dá conta da complexidade do debate sobre temas como reforma estatutária. Se não, vejamos:

No Brasil, o final da década de 20 e início dos anos 30 do século passado ficariam indelevelmente marcados pelo número acentuado de greves nos grandes centros urbanos, consequência da crise econômica que existia no país e no mundo, gerada pela grande depressão econômica de 1929. As políticas de governo articulavam-se no convencimento de que deveriam ser incrementadas medidas que levassem a diminuir a influência do trabalhador estrangeiro sobre o movimento operário brasileiro, cuja ação se fazia livre e densa. O Estado adotava uma política de substituição da ideologia dos conflitos pela visão de colaboração das classes trabalhistas e empresariais que, para esse fim, passariam a ser organizadas pelo Estado na forma de categorias profissionais e econômicas. Surgia, assim, no cenário político do país, o embrião da estrutura sindical brasileira no formato que conhecemos atualmente.

Em 1937, as classes dominantes procuraram manter, sob seu controle absoluto, a economia nacional, propiciando o desenvolvimento dos programas traçados pelo Governo Vargas. Era imprescindível amortecer, a qualquer custo, os embates entre as classes economicamente produtivas. Com o

golpe de Estado, Getúlio passou a assumir, de forma autoritária, a condução do projeto de integração dos trabalhadores, empresários e profissionais liberais, que deveriam se organizar numa unidade monolítica, e não em grupos fracionados com possibilidades estruturais conflitantes.

O sistema jurídico da época levava em consideração, sobretudo, os interesses de dominação política. Exemplo clássico dessa situação foi o Decreto-lei 1.402/39, que autorizava a intervenção do Estado, por intermédio dos delegados do Trabalho, nos casos de dissídios ou circunstâncias que viessem a perturbar o funcionamento dos sindicatos. Os delegados tinham a prerrogativa de adotar medidas destinadas a normalizar o funcionamento das entidades sindicais e o Ministro do Trabalho tinha poderes de cassação da carta sindical, caso seus dirigentes deixassem de cumprir os atos da Presidência da República ou as normas atinentes às diretrizes da política econômica.

Editou-se, nesse mesmo período, uma legislação que ficou conhecida como “Estatuto Padrão Sindical”, destinada a estabelecer regras sobre a administração dos sindicatos e eleições sindicais, todas dispostas na CLT e que, por incrível que pareça, têm sobrevida até hoje, como a estipulação de número máximo de diretores nos sindicatos. Ficaram proibidas, desde então, a sindicalização e associações de grau superior, a greve e o *lockout*, tidos como “atos antissociais, nocivos ao trabalho e ao capital, bem como incompatíveis com os superiores interesses da produção”.

A Era Vargas (1930-1945), no campo da solução dos litígios entre o capital e o trabalho, criou, estruturou e deu organicidade à Justiça do Trabalho na forma imaginada pelo governo e, com ela, uma nova vertente de atuação de sindicatos totalmente fiscalizados e controlados, através dos quais se buscava amortecer a luta de classes. O período de 1937 a 1941 ficaria, portanto, caracterizado pelos debates em torno das funções jurisdicionais da Justiça do Trabalho. Como o movimento operário sindical encontrava-se violentamente reprimido e cerceado na sua atuação, a ideia da solução conciliadora de conflitos individuais e coletivos pela Justiça do Trabalho foi se consolidando na sociedade. Por outro lado, estando em pleno vigor a legislação restritiva às manifestações coletivas, a Justiça do Trabalho, recém criada, não impingia ao poder dominante qualquer tipo de ameaça no exercício da sua jurisdição, mesmo nas ações não resolvidas através da etapa conciliatória.

Em 1943, o Brasil ingressou na luta contra o nazifascismo. A Segunda Guerra Mundial trouxe sérias retrações na economia dos países envolvidos, tornando-se o mote para que o governo baixasse, em 1943, o decreto-lei que obrigava os sindicatos a pedirem autorização do Ministro do Trabalho para ajuizarem dissídios coletivos. Se a instauração fosse considerada inoportuna, o pedido era arquivado.

Ao final da guerra e com a queda de Vargas, a Constituição Federal de 1946 firmou o pacto social necessário para

a superação da ditadura e do populismo da “Era Vargas”. As leis passaram a sofrer fortes influências externas. O mundo do pós-guerra (anos 50/60) convivia com iniciativas que visavam a construir um Estado defensor do bem-estar social e do desenvolvimento econômico, forjado numa política econômica que ficou conhecida como “fordismo”. A Europa, com uma trajetória econômica/social consideravelmente diferente daquela traçada nos chamados países dependentes, cuidava de atender à ideologia capitalista predominante, resolvendo os seus conflitos trabalhistas na prática da negociação coletiva.

O Brasil, na Era Vargas (1930-1945), buscava estabelecer um novo modelo político-econômico e, naqueles moldes, uma nova estruturação do movimento sindical, apesar de enfraquecido pelo excessivo controle capitaneado pelo padrão de organização e gestão ditado pelo “estatuto padrão” e pela outorga de carta (autorização governamental) para criação e funcionamento dos sindicatos. Não houve tempo para se ganhar esse novo fôlego, promovendo-se as reformas necessárias nas relações trabalhistas e estruturas sindicais, ainda debilitadas, até porque, com o golpe militar de 1964, os pequenos avanços conquistados sofreram um profundo retrocesso. A violenta intervenção nas entidades sindicais e nos partidos políticos, a perseguição, prisão e assassinato de seus líderes, mais uma vez desestabilizaram o já enfraquecido movimento sindical, que ainda se recuperava dos estragos causados pela ditadura de Vargas. O recrudescimento do regime fez com que a opção jurisdicional como forma privilegiada de solução dos conflitos trabalhistas dependesse praticamente das rígidas regras econômicas ditadas pelos golpistas, restringindo a atuação da Justiça do Trabalho ao exame e concessão de reajustes e aumentos salariais, desde que não fossem contrários à política financeira do governo.

No mundo, a Guerra Fria gerava a ideologia do medo, formada pela bipolarização maniqueísta entre o capitalismo e o comunismo. O Estado interventor, que amortecia a luta entre as classes proporcionando o Estado do Bem-estar Social, cedeu espaço ao Estado interventor, que tinha por objetivo aniquilá-la, eliminando qualquer resquício de antagonismos insuperáveis entre o capital e o trabalho. Mais que frear, era imprescindível reprimir qualquer reação ao ideário capitalista dominado pelos grandes monopólios industriais e pelo capital financeiro internacional, como garantia da sua própria sobrevivência.

No plano político internacional, desenvolvia-se a prática da “Guerra Fria”, com desdobramentos explícitos nos países do “terceiro mundo”, tais como a guerra da Coreia, a crise dos mísseis em Cuba, a guerra do Vietnã etc.

Aproveitando-se da doutrina de segurança nacional de 1967 e da guerra contra os comunistas, o poder dominante reforma a CLT, cria o sistema do FGTS, extirpando da legislação do trabalho a estabilidade por tempo de serviço e outorga, por fim, a Carta Constitucional de 1969.

No campo do Judiciário, consolidam-se as restrições

impingidas aos recursos; submete-se à aprovação do Senado (os chamados “biônicos”) a nomeação de ministros do TST. O Ministério Público e a advocacia passam a integrar os quadros da magistratura (Quinto Constitucional) e, com o objetivo de descongestionar a Justiça do Trabalho, é apresentado o projeto de criação das comissões paritárias nas empresas, como instâncias conciliatórias pré-judiciais (projeto de lei 2.819/80) que, naquele momento histórico, acabaram não prosperando.

No movimento sindical, as agremiações ficam atreladas às rígidas regras de organização e de funcionamento, com atuação rigorosamente restrita às autorizações concedidas pelo governo, circunspectas, sempre, aos interesses meramente corporativos.

Redemocratizado o país, pelo clamor da mobilização popular, é convocada a Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

No mundo, a queda do muro de Berlim e, com ela, a desarticulação dos sistemas comunistas, cuja ideologia era o contraponto ao capitalismo, deixam o caminho livre para as aspirações empresariais de retomada, sem concessões, do liberalismo econômico.

Os anos 90 foram marcados pelo modelo econômico idealizado pela filosofia que se denominou “neoliberal”, amparada na imprescindibilidade de modernização das relações sociais e culturais, diante da revolução tecnológica

Oswaldo Teles

Diretor do Sinpro-Rio



que ampliava os meios de comunicação de massa, dando a ideia de um mundo sem fronteiras, globalizado econômica e socialmente. Voltamos à era do liberalismo econômico e da ideologia da prevalência do privado sobre o público; do individual sobre o coletivo; da mais absoluta desnecessidade de intervenção do Estado nas relações sociais do país, com desregulamentação dos direitos dos trabalhadores e desconstituição das relações de trabalho.

Em 1995, deflagrada a greve dos petroleiros, o TST inicia o processo de aplicação e execução de multas aos sindicatos para forçar a cessação dos movimentos grevistas. De lá para cá, no campo dos conflitos coletivos de trabalho, sob a escaramuça da supervalorização da negociação coletiva, começam os procedimentos de extinção, em fase recursal, da quase totalidade dos dissídios coletivos ajuizados, sob diversos fundamentos divorciados completamente da realidade vivida pela classe trabalhadora, atingida pelo desemprego e pelo desmantelamento, ao longo dos anos, da estrutura sindical obreira.

Na era Lula, as discussões sobre reforma trabalhista e sindical avançam lentamente em razão dos obstáculos e dicotomias conceituais sobre o papel dos sindicatos, diante da herança das sucessivas intervenções e amarras verificadas no passado e dos desafios na construção da democracia social e participativa voltada para o futuro.

Os indicadores históricos apontados nessas poucas linhas nos dão conta da evolução da estrutura sindical ao longo do tempo e das mudanças impostas pela realidade econômica e social que acabam, invariavelmente, se materializando nos estatutos dessas entidades. O ranço da condução autoritária e corporativista que ainda permeia a atuação de vários sindicatos evidentemente acaba interferindo, diretamente, na discussão da criação de novas normas estatutárias. Acreditamos que um debate sério e profundo sobre reestruturação dos métodos de organização, gestão e administração dos sindicatos, implicando na necessidade da revisão estatutária, não poderá estar divorciado dos referenciais históricos e das questões postas na ordem do dia sobre a reforma do sistema sindical e trabalhista.

A evolução das relações capital X trabalho influenciam na estipulação de políticas de Estado adequadas à realidade da conjuntura nacional e internacional é, pois, elemento de suma importância para que haja uma definição sobre a participação dos sindicatos nesse processo, principalmente na afirmação e na consolidação do nosso processo democrático.

O papel; o tipo de representação; como organizar; como estruturar; qual o tamanho do sindicato que se almeja ter para que seja um fomentador de políticas públicas nas relações de trabalho, colocadas na ordem do dia do país; como criar condições de sustentabilidade. Essas são, enfim, algumas indagações que merecem ser feitas quando se fala em promover uma reforma estatutária. A importância do debate sobre essas e outras respostas não significa engessar o funcionamento do sindicato a ponto de inviabilizar a adoção de medidas

organizativas, pontuais, com destaque dos pontos cruciais que garantam, minimamente, uma atuação, ainda que meramente corporativa, com qualidade, consciente e inserida na realidade das categorias profissionais e de suas demandas ou interesses mais imediatos. Portanto, pensar na reforma estatutária do **Sinpro-Rio** é entender a complexidade e a profundidade do tema, que não pode ser tratado de forma banal ou empírica, mas sem deixar de apontar alguns princípios que possam servir de base à reestruturação futura. São pontos identificáveis a partir das práticas e experiências vividas historicamente ao longo de vários anos de sua existência, do perfil dos professores e dos dados de realidade, principalmente, no que tange às políticas de educação e ensino.

Os princípios (linhas gerais) que podem ser adotados e sinalizados pelo Consinpro para o debate que se seguirá após o encerramento do evento estão coadunados exatamente com essa análise. Competirá à Assembleia Geral convocada, na forma do estatuto, concretizar e proceder às reformas fruto dessa ampla discussão de reestruturação do **Sinpro-Rio**, em sintonia com as alterações e reformas que permitam inserir o movimento sindical no caminho da construção da democracia participativa e da valorização social do trabalho. O texto que será elaborado para apreciação dessa assembleia convocada, por princípio legal, na forma do atual estatuto, deverá levar em conta não só alguns princípios indicados pelo congresso, mas outros que deverão ser enfocados nos fóruns específicos e adequados ao debate.

Na ordem do dia do Consinpro foram destacados: o Título III (dos órgãos de deliberação e administração sindical), o capítulo III, que trata das atribuições, funções e poderes da diretoria; Da Organização Territorial.

Alinhamos alguns princípios alicerçados no trabalho prévio produzido por alguns diretores e na nossa experiência no trabalho de assessoramento na construção do estatuto em vigor.

4.2 – Princípios aplicáveis ao Título III do Estatuto: Órgãos de Deliberação e Administração do Sindicato

Nos órgãos de deliberação e administração sindical definimos, em suma, as instâncias de poder na estrutura do Sindicato. Essas normas são simplesmente o coração que comanda a atuação sindical, tanto sob o prisma institucional, como estruturalmente. No estatuto em vigor, os órgãos do sindicato são: o Congresso; as Assembleias; a Diretoria; o Conselho de Representantes.

A Diretoria

¹ ABI, plenária final (06/07/2007).

² Ver tese da diretoria no caderno de teses do 9º Consinpro.

³ Doutrina Monroe: “À América para os americanos” – presidente James Monroe (EUA-1825).

⁴ Ver Giovanni Arrighi: “O longo século XX: as origens do poder e do dinheiro em nosso tempo”.

⁵ BOLSTANSKI e CHIAPELLO. O Novo Espírito do Capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

⁶ SENNETT, R. A Corrosão do Caráter. Rio de Janeiro: Record, 2006.

⁷ OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico); Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e Preal (Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina).

⁸ Maquiavel, N. O Príncipe. São Paulo: Ediouro, 2002.

⁹ O Sistema S, composto por instituições privadas ligadas ao patronato, como Senai, Senac, Sesc, Sesi etc., foi criado no Governo Vargas, na gestão de Gustavo Capanema, com a finalidade de oferecer educação profissional a partir dos interesses do empresariado.

¹⁰ Composta pelos “Sinpros”: Rio e Região, Niterói e Região, Lagos, Macaé, Nova Friburgo, Norte-Noroeste, Costa Verde e Petrópolis.

¹¹ Composta por 74 entidades, abrangendo 500 mil trabalhadores

¹² Maior central sindical do país, representa 38,23% dos trabalhadores brasileiros.

¹³ PL 297/09 - vetado pelo prefeito Eduardo Paes.

¹⁴ Ministro da Educação do governo FHC entre 01/01/95 a 01/01/2003.

¹⁵ Associação Brasileira de Mantenedoras das Instituições de Educação Superior

¹⁶ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

¹⁷ Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior / Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

¹⁸ Programa de Financiamento Estudantil

¹⁹ Organização Mundial do Comércio / Acordo Geral para Comércio em Serviços

²⁰ Adquirido recentemente pelo grupo britânico que controla o Jornal Financial Times

²¹ Oliveira e Bicalho, 2008; Gentili, 2006; Suárez, 2005; Frigotto, 2001, 2003; Codo, 1999

²² Ver www.saudedoprofessor.com.br

²³ Ver www.saudedoprofessor.com.br

²⁴ Benevides Pereira, 2002; Carlotto, 2002; Chafic, 2008

²⁵ Farber, 1991.

²⁶ Ver Ellen Wood: “Democracia contra Capitalismo”; István Mészáros: “Para além do Capital” e “Socialismo ou Barbárie”; Emir Sader: “Algumas teses equivocadas sobre a América Latina e o Mundo”.

²⁷ Dados do artigo de Béla Galgóczi and Vera Glassner, Comparative study of teachers’ pay in Europe. Baixado em 20/07/2010 em: <http://download.ei-ie.org/Docs/WebDepot/Teachers Pay 2008 Report.pdf>.



Delegados e mesa de abertura do 10º Consinpro ouvem Darby Igayara, presidente da CUT-RJ

PENSAR A EDUCAÇÃO NO BRASIL É PENSAR O PAPEL DO PROFESSOR E DE SEU SINDICATO

1 - O magistério diante do PNE

A formulação de novo Plano Nacional de Educação se apresenta como um importante espaço de reflexão e intervenção dos professores visando a recolocar a defesa da educação e do magistério como valor central para a sociedade brasileira.

Elaborado em 2001 e com validade de 10 anos, o futuro PNE deve avançar onde a influência dos valores neoliberais emperrou o plano em vigência. Nesse sentido, apontar um eixo libertário para a educação nacional é importante papel nas reflexões que o magistério deverá fazer sobre o novo PNE.

Em 2001, o PNE apontava os seguintes objetivos:

- elevação global do nível de escolaridade da população;
- melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;
- democratização da gestão do ensino público.

Sem dúvida, os objetivos centrais do PNE buscam equacionar o quadro excludente da educação brasileira. O nó górdio vai se centrar no momento em que as prioridades eram elaboradas. O fantasma da desvalorização da educação

se apresenta já no momento em que o texto aponta a limitação dos recursos financeiros para a execução dos objetivos, ainda que a longo prazo. Para a elite brasileira, a educação se apresenta como um objeto de consumo, uma mercadoria acessível de acordo com a renda individual. Nesse sentido, os parcos investimentos em educação são compensados pela privatização do ensino. Em nome do controle de gastos, manteve-se a política de incremento da escola privada.

E quais seriam as prioridades elencadas?

- Garantia de ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos e a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.
- Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação Superior – na Educação Infantil, a todas as crianças dos 3 aos 5 anos.
- Valorização dos profissionais da educação.
- Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Teoricamente, as prioridades refletem as necessidades da educação brasileira. Entretanto, alguns pontos devem ser

mais bem detalhados. A primeira questão a ser lida com ressalvas e que deve ser explicitada no novo PNE é o da extensão da obrigatoriedade da garantia de ensino médio a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. É essencial ampliar a presença e a formação cultural dos jovens na sociedade brasileira. Não basta a defesa da ampliação do atendimento aos jovens sem o efetivo compromisso com o direito do acesso à educação plena. E por que não ousarmos estender esse direito ao acesso à universidade pública?

A valorização do magistério deve ser vista como prioridade fulcral do PNE. Apesar de o PNE ter defendido os pontos óbvios acerca de como valorizar o magistério, cabe uma melhor análise da questão.

A questão salarial é um ponto central nos projetos para a valorização do magistério. É notório que a sociedade brasileira não vê - em especial, a classe média e os setores mais abastados - o magistério como uma ocupação que expresse prestígio e bem-estar financeiro. O impacto disso se reflete numa carência de cerca de 300 mil professores para a rede básica no país. Os alunos da rede pública, e mesmo os da rede privada, com boa base de conhecimento e leitura são estimulados - por vezes por seus próprios professores - a buscar cursos com maior prestígio social e melhor remuneração. Numa sociedade pautada por valores utilitaristas e consumistas como a nossa, pertencer a um setor historicamente associado à baixa remuneração gera desprestígio e desconfiança.

O magistério não pode ser pensado, unicamente, como espaço de ascensão social. Ele precisa absorver os estudantes de melhor base das escolas e universidades para qualificar a intervenção de professores na sala de aula. É preciso resgatar o papel social do professor. E o primeiro passo para isso passa pela questão salarial.

Em reportagem datada de 8 de outubro de 2002, a *Folha de São Paulo* apontava que a remuneração média de um professor em início de carreira era um dos mais baixos entre 38 países estudados pela Unesco. O professor brasileiro recebia a quantia anual de US\$ 4.818,00, enquanto o Uruguai e a Argentina apresentavam a remuneração anual de US\$ 9.842,00 e US\$ 9.857,00, respectivamente. Se compararmos com a média europeia, a situação atinge patamares ainda piores. Na Áustria, país cujas notas de avaliação internacional sobre seu modelo educacional são ainda inferiores aos dos países escandinavos, o salário mensal de um professor iniciante no fundamental 1 é de 2 mil euros, mas, no entanto, o tempo de serviço e a sua formação continuada fazem com que o salário salte para mais de 4 mil euros no final da carreira, sendo que a base inicial se mantém para o professor de Ensino Médio e se encerra com cerca de 4.500 euros²⁷. O impacto disso? O fato de o magistério ser visto como uma excelente oportunidade profissional no país, atraindo os bons alunos do ensino básico e da universidade. Além disso, o professor iniciante se vê estimulado a manter uma atualização, participando de cursos e de Pós-graduações.

Claro que não cairemos na ilusão de acreditar que a economia brasileira possua condições de remunerar seus professores nos mesmos patamares da Europa Ocidental. No entanto, cabe aos professores uma atuação política nacional para criar um elevado patamar salarial. E, voltando a ousar, por que não defender uma remuneração inicial de 10 salários mínimos para o professor primário, chegando a 20 mínimos para o professor em fim de carreira? Essa proposta aponta para um outro fato importante relegado pelos governos: um piso salarial unificado para o magistério.

Além disso, o PNE precisa, em especial quando trata do ensino superior, se posicionar contra o processo de pre-

Hiran Roedel

Delegado do 10º Consinpro



carização do ensino diante de sua mercantilização adotado pelo setor privado. Deve também se opor à luta das entidades patronais para desregular o setor, desqualificando o papel do MEC. Cabe ressaltar que o PNE aponta, como uma das tarefas do ensino superior, para a valorização da pós-graduação e a produção de conhecimento mediante o incremento de pesquisas. Uma das formas de se combater o avanço de interesses meramente mercantis no ensino superior passa pelo descredenciamento de IES que não possuem percentual significativo de doutores e que não façam pesquisas.

Um ponto importante para pensarmos trata da LDB. Pensar um novo PNE demanda urgente reformulação da atual LDB, pensada num contexto de avanço do neoliberalismo no país. Um exemplo perverso dessa leitura é a defesa das habilidades e competências a serem exploradas. Segundo o dicionário Aurélio Buarque de Holanda, o verbete habilidades se traduz como “exercícios ginásticos de agilidade e destreza”, enquanto competência representa a “capacidade de um funcionário, juiz ou tribunal para julgar certos pleitos ou questões; na qualidade de quem é capaz de resolver ou apreciar certos assuntos, fazer determinadas coisas, ter capacidade, habilidade, aptidão e idoneidade; ou mesmo, conhecimento linguístico que permite ao indivíduo falar e compreender sua língua.”

Essa leitura reduz o papel da educação a preparar o estudante para o trabalho, além de inculcar valores que não são os da partilha do conhecimento, diálogo cultural e reflexão crítica acerca do mundo. Reproduzindo a lógica do mercado de trabalho pautado pelo neoliberalismo, os estudantes buscam valorizar sua habilidade individual e se capacitar de forma mais adequada, visando a destacar-se junto ao conjunto de estudantes e, com isso, conquistar um futuro profissional superior aos demais.

Entretanto, não é só filosoficamente que a LDB expressa um olhar neoliberal. A elevação da carga letiva de 180 dias para 200 dias ampliou a precarização do trabalho docente. O desgaste físico e a contínua atividade docente afetam a saúde do professor, afetando o exercício da profissão.

Essa nova realidade de superexploração do trabalho docente é ainda mais acentuada na escola privada. Ela se apresenta como reflexo do grau de desconstrução do professor enquanto trabalhador portador de uma criatividade inerente a si mesmo. A manutenção da autonomia pedagógica do professor que, mediante um processo pessoal criativo na sala de aula, se apresenta como o interlocutor de formas de saber aos seus alunos, representa um limite ao esvaziamento da carreira docente movido pelos setores privatistas e iniciada em plena ditadura militar.

Precarizado, isolado politicamente, indiferente diante das lutas travadas por seu sindicato, o professor se vê obrigado a atuar diante de novos contextos impostos pelo patronato. Entre os pontos que caracterizam o atual contexto, podemos destacar:

1 - aumento das tarefas, com o professor assumindo o papel da secretaria na elaboração das médias bimestrais;

2 - redução dos prazos para o cumprimento das tarefas; por exemplo, entrega de médias 24 horas após a prova ter sido realizada;

3 - atividades fora do horário do professor de forma não remunerada;

4 - assédio moral, coagindo o professor a participar de atividades nos finais de semana, tais como: reuniões com pais, encontros pedagógicos, entre outros;

5 - burocratização das tarefas do professor: provas padronizadas, preenchimento de formulários e pesquisas etc.;

6 - criação de um banco de horas, através do qual o professor deverá repor os dias de recesso do calendário escolar;

7 - fiscalização contínua do seu desempenho;

8 - exigência de avaliações qualitativas e individuais dos alunos.

Cada vez mais, o professor vem convivendo com uma carga horária excessiva, com um trabalho extraclasse penoso. Além disso, é vítima de diretores, coordenadores e patrões autoritários, o ambiente da sala de aula é desconfortável, sofre com o desinteresse dos alunos, e há um desgaste acumulado da “correria diária”. Se quiser realizar cursos de atualização e aperfeiçoamento profissional, ele mesmo se responsabiliza pelo tempo que deverá dispor para isso e o pagamento dos cursos. O professor é ainda chamado a resolver a falta de disciplina e de motivação dos alunos, a violência, a falta de compromisso e o desinteresse das famílias, fatores que, somados, tornam os professores mais predispostos a adquirir doenças como surdez, estresse, calos nas cordas vocais, varizes, cansaço mental, dores nas costas e nas pernas, rouquidão, nervosismo, distúrbios neurológicos e psicossomáticos, problemas depressivos, problemas cardiovasculares, gastrointestinais, musculares, síndrome de Burnout.

2 - As reformas do estatuto do Sinpro

A discussão sobre a reforma estatutária apresentada neste Consinpro trata da questão sobre a sustentação financeira, a organização territorial e as atribuições e poderes da diretoria.

A discussão sobre a sustentação financeira do **Sinpro-Rio** é essencial. Discutir a manutenção do imposto sindical, herança estadonovista e arcaica, deve ser um ponto a ser debatido pelo **Sinpro-Rio** no futuro. No entanto, um ponto demanda maior atenção: o embate que tem sido travado por conta da contribuição assistencial. Surpreende e demanda maior reflexão por parte da categoria, o fato de a oposição ao pagamento da mesma pelo professor contar com o estímulo dos DP's patronais.



Fernando Vieira

Delegado do 10º Consinpro

Tal fato é extremamente preocupante, pois insinua um interesse patronal em desmoralizar e esvaziar o **Sinpro-Rio**. Por outro lado, fica patente que o professor que requer a oposição à cobrança se vê distante do seu sindicato. A maior aproximação da direção do **Sinpro-Rio** com o professor, o aumento do contato humano, aproximando o **Sinpro-Rio** de sua base, é essencial para isolar a ação patronal e fortalecer os laços entre a categoria e a direção do **Sinpro-Rio**. Afinal, a contribuição assistencial é fruto de debates nas assembleias, tirada por votação por ampla maioria dos presentes nas assembleias da categoria.

Os dois pontos seguintes tratam de temas específicos. Acreditamos que cabe à diretoria apresentar as razões para sua colocação no cenário do Consinpro. Entretanto, um importante ponto passou ao relento nas discussões sobre a reforma estatutária: o mandato presidencial. Atualmente, o presidente do **Sinpro-Rio** pode se reeleger indefinidamente. Fazendo coro ao presidente Lula, que em 06/07/2010 criticou o continuísmo na CBF e lembrou que, ao assumir a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, fixou em 8 anos o tempo máximo do mandato presidencial, apontamos a necessidade de se pensar essa mudança específica. Como sugestão para as futuras deliberações, consideramos que até 3 mandatos (que duram 3 anos) é um período justo e suficiente para a presidência do **Sinpro-Rio**.

Reformar o estatuto do **Sinpro-Rio** só terá real efeito se ocorrer modificação na estrutura interna do Sindicato, levando

a sua Diretoria a ampliar sua presença nas escolas e universidades, mostrando-se parceira do professor e, em especial, apresentando-se como efetiva defensora da categoria na luta cotidiana contra a ganância patronal.

Assinam a tese:

Fernando Vieira (Escola Parque, Eliezer, UCB)

Hiran Roedel (UCB)

Tania Mittelman (Andrews)

Maria Fernanda Magalhães (MAB)

Leonardo Castro

Plano de Lutas



Grupos de trabalho discutiram as teses. Cada grupo ficou com um tema diferente para ser debatido

O Sinpro-Rio deverá:

1 – Em relação à conjuntura educacional brasileira: Conae e PNE

Reafirmar as bandeiras progressistas aprovadas na Conae - 2010, traduzindo-as em políticas públicas asseguradas no PNE - 2011-2020; dentre as quais podemos destacar:

- afirmação da educação como direito humano fundamental com sentido de formação humana omnilateral (contemplando todas as dimensões da vida, como a psicológica, a afetiva, a intelectual, a ética, entre outras) e sob responsabilidade do Estado brasileiro, seja na oferta direta (preferencial), seja no papel de regulamentação (normatização, acompanhamento, supervisão, acreditação, avaliação) do setor privado (complementar);

- reformulação a política educacional, especialmente dos Referenciais, Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, que hoje expressam as exigências dos organismos internacionais pós-Consenso de Washington¹;

- coordenação do MEC com a participação de entidades sindicais representativas dos trabalhadores da educação, tanto pública quanto privada, e por intelectuais progressistas, para implementação da reformulação da política educacional;

- valorização de uma política curricular pautada no conhecimento científico como principal objeto da educação formal e no reconhecimento das diferentes manifestações culturais presentes na sociedade brasileira;

- gestão democrática em todos os níveis e nas instituições públicas e privadas;

- valorização da carreira docente, contemplada em condições de remuneração e trabalho, bem como de formação continuada. No que concerne à formação continuada, esta deverá ser conduzida em bases sólidas instituídas pelo campo do conhecimento científico na educação, e não em consultorias norteadas por teses de economistas e administradores do mundo dos negócios;

- reformulação das condições de trabalho, que deverão contemplar estrutura física e humana das instituições, além de remuneração digna com critérios coletivos e negociados com o sindicato, excluindo-se remuneração individualizada por mérito ou por avaliação de desempenho;

- criação de regime de trabalho em todos os níveis que permitam a dedicação integral, com pelo menos 50% do tempo destinado a planejamento, estudos, pesquisa e orientação acadêmica;

- participação dos trabalhadores em educação na elaboração dos projetos pedagógicos das instituições e dos cursos, em seus fundamentos e concepções referenciais, e não somente no nível das decisões operacionais;

- proposição da inclusão de cláusulas nas CCT's que incorporem os princípios das convenções 100, 111, 156 e 158 da OIT, garantindo assim conquistas internacionais históricas da classe trabalhadora, e também de apoio à luta das Centrais Sindicais pela ratificação dessas convenções, particularmente a 156 e a 158;

- regulamentação, acompanhamento e fiscalização da Educação a Distância (EAD) em todos os níveis e modalidades da educação, conforme documento final da Conae;

- denúncia e combate à privatização velada da rede pública de ensino, presente nas parcerias público-privadas, materializada nos contratos do setor público com organizações não governamentais e com organizações sociais, colaborando assim com a defesa de uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade;

- debate acerca do novo PNE, juntamente com o acompanhamento da modificação da LDB e dos PCN's, purgando dos valores individualistas e competitivos, tão caros ao neoliberalismo, esses dois instrumentos de reflexão educacional.

- avanço na defesa de uma educação crítica, reflexiva, desvinculada do mundo individualista e excludente: eis uma das tarefas que compete a todos os professores.

2 - Em relação à Educação Básica:

- lutar pela revisão dos Parâmetros, Referenciais e Diretrizes Curriculares Nacionais, fundamentando-os em um projeto de formação humana que considere o aluno e trabalhadores da educação como sujeitos históricos e capazes de assumir a direção política não somente de seu próprio processo de trabalho e formação como dos rumos da sociedade;

- lutar pela Aprovação de um Calendário Escolar Unificado para o Estado do Rio de Janeiro, abrangendo a rede pública e o setor privado;

- lutar pela garantia, através de negociação com os órgãos e entidades afins, da unificação das férias dos professores do Estado do Rio de Janeiro, na integralidade do mês de janeiro;

- apoiar a extensão dos benefícios, garantidos pelos órgãos públicos aos servidores, aos trabalhadores em educação do setor privado, no tocante às doenças de fundo emocional com origem na exaustão profissional; ex.: síndrome de Burnout etc;

- buscar a recuperação dos pisos salariais da categoria, com a criação de uma proposta de recomposição diferenciada, com o objetivo de atingir 100% nos próximos três anos;

- intensificar a campanha “Condições de Trabalho e Saúde do Professor”, com vistas à sensibilização da sociedade e conscientização da categoria para os problemas da categoria com a desnaturalização da violência nas escolas, a precarização do trabalho docente e a má qualidade de ensino;

- defender a limitação do número de alunos em sala, com vistas ao acompanhamento individual e à personalização das relações pedagógicas, em concordância com aqueles expressos no documento final da Conae;

- apoiar a extinção de mecanismos de avaliação externos à unidade escolar, que tenham como objetivo medidas comparativas entre escolas ou entre alunos e como indicador de desempenho docente;

- defender na avaliação (de caráter diagnóstico e formativo) unicamente os aspectos pedagógicos e respeito ao ponto de partida do aluno e da turma, ao contexto cultural, às particularidades, aos erros inerentes ao desenvolvimento cognitivo;

- buscar a valorização da carreira do docente da Educação Básica, assegurando regime de trabalho que inclua tempo remunerado para atividades de formação continuada, pesquisa, planejamento e avaliação;

- lutar pela autonomia pedagógica aos professores, materializada na liberdade de definição do projeto político-pedagógico, escolha de material didático, definição de conteúdos e metodologia, coerentes com o objetivo de alcançar a qualidade

socialmente referenciada, entendida como aquela que se contrapõe à qualidade “do mercado”;

- lutar pela formação continuada pautada na produção acadêmica na área de educação, e não importada de outros campos como Administração de Empresas e Economia;

- apoiar a valorização da titulação formal para o exercício do magistério, recusando sua substituição por certificação de competências;

- lutar pela garantia do piso nacional de educação e de um plano de carreira docente para os setores público e privado.

3 - Em relação à Educação Superior:

- lutar pela afirmação da educação como bem público e direito humano fundamental, rejeitando a ideia de educação como serviço/negócio;

- lutar pela restrição das medidas que permitem às IES abrirem o capital no mercado financeiro, através do controle efetivo do Estado;

- lutar pelo controle rigoroso da destinação do patrimônio das IES que renunciam à condição de filantropia para fazerem IPO (oferta pública de ações);

- lutar pela revogação da Portaria 4.059/2004, que permite 20% de EAD na carga horária do ensino presencial;

- defender a restrição e regulamentação da EAD, conforme consta do documento final da Conae, dado que, ao contrário do que é apregoado como justificativa, a EAD não tem a função social de interiorização. O mapa da EAD no Brasil demonstra que sua área de abrangência é litorânea e nas grandes capitais;

- lutar pelo reforço do papel do MEC, Inep, Conaes/Sinaes, Conap, entre outras, como entidades de Estado competentes e legítimas para o credenciamento e recredenciamento das IES;

- apoiar a revisão das diretrizes curriculares, construindo outras mais consistentes e menos flexíveis;

- defender o controle, regulamentação mais rigorosa e acompanhamento pela Capes, com retorno da exigência de autorização prévia para a Pós-graduação *Lato sensu*. As bases legais hoje exigem, por exemplo, que somente metade do corpo docente da

Pós-graduação *Lato sensu* tenha titulação em nível de Mestrado;

- defender o controle das universidades corporativas pelo MEC, hoje a cargo do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior);

- apoiar a intensificação da fiscalização do cumprimento da LDB e dispositivos complementares, especialmente os arts. 52 e 53, no tocante ao regime de trabalho, gestão colegiada nas universidades e centros universitários e às condições de realização da pesquisa institucionalizada;

- lutar pela recuperação da função social da pesquisa e do papel do Estado como único ente capaz de financiar projetos de interesse não mercantil;

- apoiar o estímulo aos Cursos Superiores plenos (Bacharelados e Licenciaturas) e desestímulo aos Cursos Superiores Tecnológicos, por serem mais instrumentais e aligeirados, não condizentes com a função acadêmica e social da Universidade;

- defender o controle, regulamentação, acompanhamento e estímulo pela Capes aos Mestrados e Doutorados acadêmicos, entendendo que a modalidade Mestrados e Doutorados profissionalizantes é expressão da concepção neoliberal de ciência e do papel destinado aos países de capitalismo periférico na divisão internacional do trabalho e do conhecimento;

- apoiar o estímulo à socialização e divulgação da produção acadêmica de Mestrado e Doutorado;

- incentivar a discussão da ampliação dos prazos de integralização de cursos de mestrado e doutorado, para garantir a viabilidade da pesquisa e da conclusão dos trabalhos.

4 – Sobre a Sustentação Financeira e aperfeiçoamento da organização e ação sindical:

- revisar as formas de cobrança de contribuição social e estudar a possibilidade de criação de valores diferenciados, vinculados fundamentalmente ao salário recebido pelo professor;

- revisar os percentuais referentes à contribuição associativa em processos trabalhistas ligadas ao contrato de trabalho;

- buscar formas de patrocínio, preferencialmente com instituições públicas, para o financia-

mento das atividades do Sindicato;

- debater, analisar e deliberar pelo modelo de planejamento estratégico coletivo mais adequado às condições políticas e às demandas históricas do Sindicato.

5 – Em relação à Reforma Estatutária:

Princípios a serem observados e aprovados na reforma estatutária:

- criação instâncias, tantas quantas forem necessárias, de consulta e orientação, com atribuições bem definidas, para a elaboração dos programas e planejamento da atuação sindical;

- manutenção do tempo de mandato, sem restrições à possibilidade de reeleição presidencial, limitada, contudo, a até três mandatos;

- manutenção de um número de diretores compatível com as demandas gerenciais, mas adequado às exigências legais garantidoras de imunidade.

6 – Em relação à Organização Territorial:

- descentralizar o trabalho de organização e mobilização dos professores, bem como a execução dos projetos e planos institucionalmente estabelecidos;

- agrupar as atuais zonais em quatro regionais sendo: 1 – Sul, Centro e Tijuca; 2 – Zona Oeste e Área Estendida (Itaguaí, Paracambi e Seropédica); 3 - Barra/Jacarepaguá, São Conrado e Recreio 4 – Central, Méier, Leopoldina e Ilha do Governador.

1 Conjunto de medidas neoliberais formuladas em 1989, em Washington, pelo FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos EUA para a América Latina.

Regimento Interno



O presidente do Sinpro-Rio, Wanderley Quêdo; o 2º secretário, Afonso Celso Teixeira; e o 1º secretário, Marcelo Pereira. No detalhe, o 1º secretário conduz a aprovação do regimento do 10º Consinpro

REGIMENTO DO 10º CONGRESSO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO – 10º CONSINPRO

TÍTULO I

DA SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º - O 10º Consinpro reunir-se-á nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2010, no Teatro Mário Lago, Colégio Pedro II, Campo de São Cristóvão, 177, São Cristóvão, Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Convocação, publicado no *Jornal Extra* do dia 12 de julho de 2010, com início às 18h30 do dia 16 de setembro de 2010 e término às 13h do dia 18 de setembro de 2010.

TÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O 10º CONGRESSO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO é a instância máxima de organização do sindicato, conforme disposto no seu Estatuto.

Art. 3º - São objetivos do 10º **Consinpro** decidir e deliberar sobre os seguintes temas:

a) análise da conjuntura educacional brasileira - Plano Nacional de Educação (PNE: 2011-2020) e Conferência Nacional de Educação (Conae): Sistema Nacional de Educação (SNE);

b) discussão sobre a sustentação financeira do Sindicato;

c) debate das teses sobre os princípios que deverão ser considerados na discussão sobre reforma estatutária, nos seguintes segmentos do atual Estatuto:

c.1) no Título III (dos órgãos de deliberação e administração sindical), o capítulo III, que trata das atribuições, funções e poderes da Diretoria;

c.2) todo o Título V (da organização territorial).

Art. 4º - O 10º **Consinpro** é soberano nas deliberações sobre os temas para os quais foi convocado, desde que não sejam contrários ao Estatuto do Sindicato, ao Edital de Convocação e ao Regimento.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

Art.5º - O 10º Consinpro é organizado por uma Comissão composta por diretores da entidade, bem como é instalado, conduzido e encerrado sob a coordenação de mesas diretoras, indicadas ou compostas pelos membros da supracitada Comissão Organizadora.

Art.6º - São atribuições da Comissão Organizadora, respeitados o Estatuto, o Edital e o Regimento:

a) proceder e decidir, em primeira instância, sobre o credenciamento dos delegados;

b) garantir a realização das atividades congressuais previstas;

c) coordenar as tarefas inerentes ao desenvolvimento das atividades do congresso;

d) providenciar todo o material necessário para o bom desenvolvimento dos trabalhos congressuais, bem como a documentação deles resultante;

e) decidir sobre todas as questões concernentes à organização do congresso, inclusive os casos omissos.

Art. 7º - Cabe à Mesa Diretora conduzir as sessões, cumprir e fazer cumprir o Estatuto vigente e o Regimento aprovado; adotar as medidas atinentes ao bom desenvolvimento dos trabalhos, resolvendo as questões de ordem, apurando votação e declarando resultados.

§1º - A Mesa Diretora poderá pedir a identificação do delegado inscrito para fazer uso da palavra.

§2º - Os membros da Mesa Diretora não poderão intervir nos assuntos em debate, a não ser para esclarecimentos, nem interromper quem estiver no correto uso da palavra dentro das normas regimentais.

§3º - Os membros da Mesa Diretora que desejarem de-

bater qualquer assunto em pauta só poderão fazê-lo quando devidamente inscritos.

§4º - A Mesa Diretora poderá interromper a palavra do orador que se exceder no tempo fixado.

§5º - Os encaminhamentos da Mesa Diretora poderão ser objeto de recurso, desde que se obtenha maioria absoluta de votos em plenário.

TÍTULO IV

DAS INSTÂNCIAS DE DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DO CONGRESSO

Art. 8º - O 10º Consinpro se organiza através das instâncias de discussão e deliberação.

Art. 9º - São instâncias do 10º Consinpro:

- plenárias;
- grupos de trabalho.

DA PLENÁRIA

Art. 10º - A Plenária é o órgão máximo de deliberação do congresso e suas decisões são soberanas naquilo que não contrariar o Estatuto do Sindicato, o Edital de Convocação e o Regimento do 10º Consinpro.

Art. 11º - A Plenária será composta pelos delegados credenciados e dela poderão participar os observadores credenciados na forma deste Regimento.

Parágrafo Único - Os observadores credenciados pelo congresso não terão direito a voz e voto nas plenárias.

Art. 12º - A Plenária do 10º Consinpro será realizada através de três sessões.

§1º - A primeira sessão plenária será realizada no dia 16 de setembro de 2010, às 18h30.

§2º - Compete à primeira sessão plenária proceder à abertura do 10º Consinpro, bem como discutir e votar, exclusivamente, o presente Regimento.

§3º - A segunda sessão plenária será realizada no dia 17 de setembro de 2010, às 10h, e tratará da apresentação e defesa das teses, cabendo o tempo máximo de 40 minutos para apresentação e defesa de cada tese. Em seguida, será votada pela Plenária a escolha da tese-guia, que orientará as discussões dos grupos de trabalho.

§4º - A terceira e última sessão plenária será realizada no dia 18 de setembro de 2010, às 10h. Compete à terceira sessão plenária aprovar e votar, exclusivamente, propostas acerca

do temário, advindas dos grupos de trabalho, que irão constar do documento final do congresso, bem como moções, e proceder ao encerramento do 10º Consinpro.

§5º - Somente serão submetidas, na última plenária, as moções apresentadas à Comissão Organizadora até as 17h do dia 17 de setembro, e que contenham, no mínimo, a assinatura de 30% dos delegados.

§6º - Na plenária final, a discussão das propostas apresentadas terá, no máximo, duas inscrições contra e duas a favor, com dois minutos para cada uma, no máximo.

Art.13º - As sessões plenárias serão presididas pelo Presidente do Sindicato, sendo facultado a este, se necessário, designar membro da Diretoria Plena para substituí-lo.

Parágrafo Único - Nas sessões plenárias, além do presidente, a mesa deverá ser, no mínimo, composta por um secretário e um relator, indicados pela Comissão Organizadora do Congresso.

Art.14º - As plenárias serão realizadas com qualquer número de inscritos e suas deliberações serão tomadas por maioria simples dos delegados presentes, competindo à Mesa Diretora dos trabalhos estabelecer o procedimento de contagem de votos, se necessário.

DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art.15º - Os delegados do 10º Consinpro serão divididos por grupos de trabalho compostos de, no mínimo, 40 delegados, para discussão dos temas constantes do Edital e previamente distribuídos pela Comissão Organizadora.

§1º - Caso o último grupo a ser formado não atinja o quantitativo de quarenta delegados, os mesmos serão distribuídos equitativamente pelos grupos já compostos.

§2º - A distribuição dos delegados credenciados entre os grupos de trabalho será efetivada pela Comissão Organizadora do 10º Consinpro e divulgada antes do período previsto para os grupos se reunirem.

§3º - Só será admitida a participação, nos grupos de trabalho, com direito a voz e voto, dos delegados credenciados que neles estejam distribuídos, na forma prevista no *caput* deste artigo.

§4º - Os observadores credenciados ao 10º Consinpro somente terão direito a voz durante os grupos de trabalho, sendo-lhes vedado o direito ao voto em qualquer instância do congresso.

Art. 16º - Compete aos grupos de trabalho a discussão e a decisão sobre os itens do temário na ordem indicada pela Comissão Organizadora, seguindo as regras dispostas no presente Regimento.

Art.17º – A sessão de cada grupo de trabalho será instalada por um membro indicado pela Comissão Organizadora do 10º Consinpro, cabendo aos participantes do grupo, após instalada, eleger os componentes da Mesa Diretora dos trabalhos respectivos.

§1º - A Mesa Diretora dos trabalhos de grupo será composta por um coordenador e um relator.

§2º - Compete ao relator de cada grupo entregar o relatório final único à Comissão Organizadora, tão logo encerrados os trabalhos.

§3º - O relator do grupo deve acompanhar a Comissão Organizadora na reunião que preparará o relatório a ser apreciado pela Plenária Final.

Art. 18º – A dinâmica de discussão e aprovação de propostas nos grupos de trabalho, bem como o relatório final, deverão obedecer aos seguintes pontos:

a) as propostas sobre os itens do temário deverão ser entregues pelo proponente ao relator, por escrito;

b) as propostas que não obtiverem consenso no grupo deverão ser votadas;

c) as propostas de emendas poderão ser aditivas, supressivas ou substitutivas e somente serão levadas à Plenária Final se obtiverem o apoio de, no mínimo, 30% dos delegados presentes na hora da votação que assinarem a lista de presença do grupo;

d) os relatores se encarregarão de ordenar as propostas, destacando, por escrito, aquelas que foram aprovadas por consenso e aquelas com divergências, estabelecendo prioridade para as que forem consensuais;

e) no relatório final do grupo deverá ser indicado, necessariamente e por escrito, o item do temário no qual se pretende que a proposta seja inserida.

Art.19º – Os horários de realização das atividades do congresso e dos grupos de trabalho estão estabelecidos na programação em anexo, que passa a integrar o presente Regimento.

TÍTULO V

DOS PARTICIPANTES

Art.20º – Participam como delegados do 10º Consinpro, com direito a voz e voto, os membros da Diretoria Executiva do Sindicato e os professores eleitos consoante o Edital de Convocação do congresso, na forma do Regimento elaborado com este fim e que estiverem devidamente credenciados pela Comissão Organizadora do 10º Consinpro.

Parágrafo Único – Os membros eleitos pela COPAP

(Comissão dos Professores Aposentados e Pensionistas) são considerados delegados do 10º Consinpro, com todos os direitos inerentes à função.

DO CREDENCIAMENTO DE DELEGADOS

Art.21º – Os delegados eleitos serão credenciados, mediante apresentação de um documento de identidade, até as 14h do dia 17 de setembro de 2010.

Art. 22º – Para fins previstos no artigo anterior, a Comissão Organizadora fará funcionar mesa de credenciamento no local de realização do congresso, no horário das 16h30 às 20h, do dia 16 de setembro de 2010; e das 8h30 às 14h do dia 17 de setembro de 2010.

Parágrafo Único – A mesa de credenciamento deverá manter sob sua guarda todo o material referente aos processos eleitorais e pedidos de registros de delegados, para conferência dos credenciamentos solicitados.

Art.23º – Não serão credenciados os delegados eleitos que solicitarem o credenciamento fora do horário previsto neste Regimento.

Art.24º – As dúvidas sobre credenciamento serão dirimidas pela Comissão Organizadora do 10º Consinpro, que decidirá, nesses casos, sobre as questões que forem apresentadas pelos delegados eleitos à Mesa Diretora.

DOS CONVIDADOS E OBSERVADORES

Art.25º – São considerados observadores os professores, entidades e autoridades que forem convidados pela Comissão Organizadora do 10º Consinpro.

TÍTULO VI

DAS TESES

Art.26º – Somente serão submetidas à discussão, nos grupos de trabalho, as teses que forem entregues à Comissão Organizadora, na forma do Edital de Convocação do congresso, e que tratem dos temas relacionados no Artigo 3º deste Regimento.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.27º – Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de abertura do 10º Consinpro.



Funcionários e diretores trabalhando no credenciamento dos delegados



Professores aguardam início do 10º Consinpro na porta do teatro Mário Lago, no Colégio Pedro II



Funcionárias do Sinpro-Rio responsáveis pela entrega do material aos professores



O presidente do Sinpro-Rio, Wanderley Quêdo (ao centro), com parte da equipe de funcionários: trabalho duro para a realização do 10º Consinpro



Café da manhã: momento de conversar com colegas sobre andamento do congresso



Diretores e funcionários ao fim do congresso



Após plenária final, a satisfação com o resultado